

Primeira Região

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano II - n.º 19 - dezembro - 2011 / janeiro - 2012

em revista



Lute ~~contra o~~ pelo tempo!

Saiba quem são os principais inimigos do tempo e prepare-se para a luta em defesa dos objetivos pessoais e profissionais em 2012



ESPECIAL

TRF isenta estrangeiro da taxa para emissão de documento de identidade



EXPANSÃO

Primeira Região ganha mais três varas federais no mês de janeiro

Mensagem do Presidente

Tempo de celebração

**Nas ruas frias da cidade a luz de cores distintas dá o tom deslumbrante
Na janela molhada de água da chuva, o som das gotas proclama
Na família reunida em volta do pinho, o sentimento fraterno anuncia: é Natal!
É chegado o tempo de celebrar o nascimento, a vida, a paz!**

**Que esse fim de ano traga consigo a aspiração de novas oportunidades
E o despertar de uma profunda avaliação
De reajuste de espírito e limpeza de alma
De renovação dos sonhos e resgate da esperança**

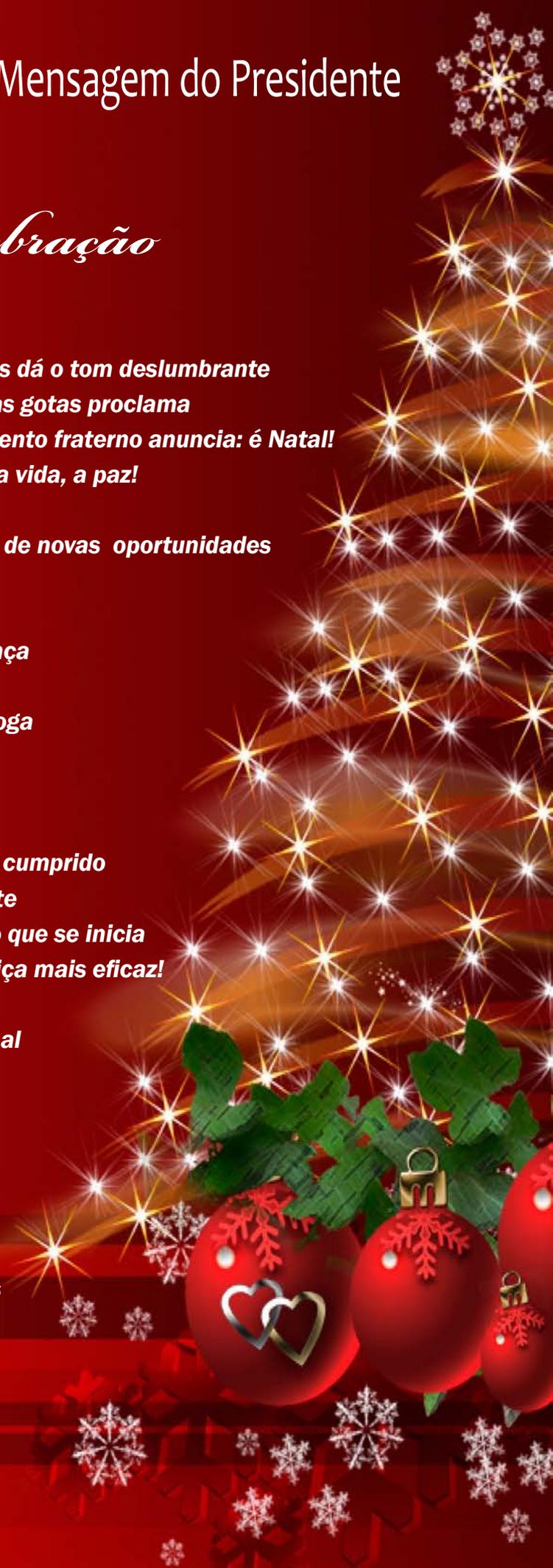
**Que cada um de nós seja capaz de assumir a toga
De julgar a si como juiz amistoso
E perdoar os demais sem argumento de culpa**

**Que o maior presente seja o acalento do dever cumprido
E o maior acalento, o dom de se dar ao presente
Que sua busca pelo melhor seja exitosa no ano que se inicia
E nossa caminhada, gloriosa, rumo a uma Justiça mais eficaz!**

**São os votos sinceros da Presidência do Tribunal
a cada colaborador que fez de 2011 um ano
de memoráveis conquistas na Primeira Região**

Boas Festas!

**Desembargador Federal Olindo Menezes
Presidente**



Ao leitor

Passados os festejos de final de ano e retomados os trabalhos com o fim do recesso judiciário, é hora de seguir com os planos e projetos pessoais e institucionais. A palavra de ordem é recomeçar. Pensando no ambiente de trabalho, onde passamos parte significativa de nossas horas vividas, o momento é oportuno para fazer do tempo o maior aliado na concretização de objetivos. E, para aprender a lidar com ele de forma produtora, a Primeira Região em Revista preparou reportagem especial sobre o tema, que fala da necessidade e importância de se planejar as atividades diárias, estabelecendo e até classificando as rotinas, para uma gestão eficiente do tempo.

A revista reúne também, numa única edição, os principais assuntos dos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012 que foram notícia na Primeira Região da Justiça Federal. Apesar de serem meses geralmente atípicos em razão do recesso judiciário e período de férias dos colaboradores da revista, esses foram meses muito movimentados na Primeira Região com a instalação de varas federais em Oiapoque, Teixeira de Freitas, Acre, Roraima, Santarém, Belém e Vitória da Conquista, a realização da semana nacional de conciliação, os eventos natalinos, o balanço do mutirão Judiciário em Dia; tudo foi registrado pela equipe da Ascom e poderá ser conferido pelo leitor em detalhes.

O entrevistado desta edição dupla é o desembargador federal Fagundes de Deus, que se aposentou em janeiro. Ele falou de sua atuação na magistratura federal – desde o ingresso – e da experiência que acumulou ao longo de 38 anos dedicados ao Poder Judiciário.

E na editoria Comportamento, a consultora organizacional Shirley Pontes fala dos benefícios de se desenvolver o bom humor no ambiente de trabalho.

Uma boa leitura a todos!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Regional

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Ivani Moraes, Jair Cardoso, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros e Jaqueline Mendes

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Mara Bessa
Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves
Silvio Cesar Mello

Fotos

Leonardo Costa, Luiz Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Gráfica e Editora Movimento Ltda

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato

primeiraregioaomrevista@trf1.jus.br



12 | Capa

Aprenda a usar o tempo e seja mais produtivo e feliz em 2012

Acesse www.trf1.jus.br

Portal do TRF1

e-Cint
Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

Consulta Processual
Consulta processual da Primeira Região

e-Proc
Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



INTERNET

35 | **Painel** Mutirão Judiciário em Dia fecha 2011 com 30 mil processos julgados



EUVALDO PINHO

68 | **Por aí** Os tubarões silkes de Cuba



INTERNET

76 | **Saúde** Troque de lanche, e escolha o mais saudável

6 Entrevista

Desembargador federal Fagundes de Deus faz um balanço de sua trajetória na Justiça Federal da 1.ª Região e fala dos planos para aposentadoria

30 Reconhecimento

Tribunal recebe prêmio Conciliar é Legal

58 Pesquisa

Servidores do TRF/ 1.ª Região respondem a questionário do Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho

64 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

66 Artigo

Filiação, reprodução humana assistida e conselhos de medicina
Por Guilherme Calmon, desembargador federal do TRF da 2.ª Região

74 Comportamento

Abra os olhos para ver o bom da estrada – Feliz percurso!
Por Shirley Pontes



Aposentado do cargo de desembargador federal do Tribunal Regional da 1.ª Região no dia 12 de janeiro, o magistrado Sebastião Fagundes de Deus concede entrevista à Primeira Região em Revista, com o olhar de quem assistiu às evoluções contextuais e internas do Poder Judiciário por mais de duas décadas

▼ MARTHA HORMANN

Natural do Estado de Goiás-GO, tornou-se juiz federal em setembro de 1985, aprovado no 3.º concurso realizado pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, onde foi diretor do Foro no período de 1995/1996. Em fevereiro de 2001, chegou ao TRF/ 1.ª Região, promovido pelo critério de antiguidade.

Nesta entrevista, Fagundes de Deus fala sobre a Constituição de 1988 e de como ela alterou a estrutura do Poder Judiciário, aumentando sua transparência e eficiência. Em suas considerações, o desembargador menciona, ainda, a criação e a importância do Conselho Nacional de Justiça, cita a criação da súmula vinculante e as ações coletivas. Ele discorre, ainda, sobre o dia a dia de um magistrado, lembrando o esforço hercúleo da categoria para agilizar a prestação jurisdicional, e não se esquece de avaliar a crescente produtividade dos juízos e tribunais federais, propiciada pelas novas metodologias de trabalho e pela informática. Cita a interiorização da Justiça Federal e o Código Civil promulgado em 2002. Por fim, fala dos planos para a nova etapa de vida.

Fagundes de Deus formou-se em Direito em 1972, pela Universidade Federal de Goiás, e especializou-se em Direito Processual Civil, Direito Civil e Direito Agrário, Advocacia Empresarial, Direito Constitucional – Controle de Constitucionalidade e Direito Processual Civil para Magistrados Federais, além de Direito da Energia Elétrica. Passou a advogar em 1974, foi procurador autárquico do Ibama e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, chegando a exercer a presidência da Comissão de Licitação de Terras Públicas e a coordenação fundiária regional do órgão de 1975 a 1978. Foi, também, advogado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil.

Ele se despediu da magistratura, e parte para uma nova fase da vida. Confira!



A contínua experiência no trato cotidiano com os temas de direito em debate no bojo dos processos judiciais proporcionou-me substancial ajuda, assim como a própria experiência vivenciada perante juízos e Tribunais Superiores em Brasília.



Antes de se tornar magistrado, o senhor atuou como advogado. Como essa experiência o ajudou no desempenho das atividades de juiz?

Sim, antes de ingressar na magistratura federal, exerci, por 12 anos, a profissão de advogado. A contínua experiência no trato cotidiano com os temas de direito em debate no bojo dos processos judiciais proporcionou-me substancial ajuda, assim como a própria experiência vivenciada perante juízos e tribunais superiores em Brasília. Além disso, sempre tive a preocupação de acompanhar, como advogado, os rumos da jurisprudência dessas cortes judiciárias.

O senhor ingressou na Justiça Federal em 1985 e chegou ao TRF em 2001, promovido pelo critério de antiguidade. Ao longo desse período, quais pontos de evolução no Poder Judiciário e, mais especificamente, na Justiça Federal o senhor destacaria?

No decorrer do largo espaço de tempo transcorrido desde a minha posse no cargo inicial da carreira até a minha aposentadoria ao final, profundas transformações ocorreram no panorama em que se insere o Poder Judiciário. Na realidade, foram grandes as mudanças impostas a partir da promulgação da atual Constituição. No que concerne à organização judiciária, criou-se o Superior Tribunal de Justiça como guardião do direito federal, assim como os cinco Tribunais Regionais Federais. Extinguiu-se o Tribunal Federal de Recursos. O legislador constituinte conferiu ao Judiciário missão que não havia sido contemplada por nenhuma das Cartas precedentes. Assegurou-lhe independência e autonomia administrativa

e financeira. Ao promulgar a Emenda Constitucional 45, à guisa de reforma do Poder Judiciário, o Constituinte introduziu relevantes inovações no âmbito do sistema judiciário da República, direcionadas aos objetivos de incrementar sua transparência e a eficiência e no intuito de melhor assegurar a realização do princípio da segurança jurídica. A dita emenda constitucional trouxe as seguintes inovações básicas: o Conselho Nacional de Justiça, a súmula vinculante e o requisito de repercussão geral dos recursos extraordinários. Não há dúvida, pois, de que o Poder Judiciário passou por significativa evolução e de que alcançou a Justiça Federal, em seus dois graus de jurisdição, porém numa medida muito aquém do que os diferentes segmentos da sociedade esperavam. O ideal, portanto, longe está de ter sido alcançado. Não há negar que os estudiosos e os que escreveram sobre esse tema têm proclamado que a evolução do Judiciário tem sido lenta e com retrocessos. É fora de dúvida também que reina, no cenário nacional, certa insatisfação dos segmentos sociais com o modelo atual de Justiça, principalmente com a delonga na solução dos conflitos, não obstante o esforço sobre-humano da grande maioria dos juízes, cumprindo ressaltar os valorosos magistrados de 1.º e 2.º grau da Justiça Federal. Alguns fatores podem ser citados como decisivos para que se reconheça a pré-falada evolução no âmbito do Judiciário. O legislador constituinte, ao promulgar o texto constitucional, foi quem mais acreditou num extraordinário avanço quanto à celeridade inerente à solução dos conflitos de interesses. Criou uma gama enorme de direitos e garantias e confiou ao Judiciário a tutela dos direitos fundamentais, destacando-os por lon-



ga enumeração em capítulo próprio. Assim, a Lei Maior, com sua visão direcionada basicamente para a cidadania, contemplou o nosso ordenamento, como nunca se fizera antes, com um extraordinário arsenal de instrumentos jurídicos, além de normas e princípios que favorecem amplamente a sociedade brasileira. Na crença de um serviço eficiente e rápido, e amparados pelos citados novos direitos, os cidadãos brasileiros acorreram à Justiça por meio de diferentes demandas, incluídas, aí, as ações coletivas, deixando os órgãos judiciais atormentados com suas naturais carências e estarecidos diante da profusão de processos novos. Na minha visão, é imprescindível prosseguir na reforma do Poder Judiciário, porém após múltiplos debates e discussões, com vistas à sua modernização e aperfeiçoamento, incluído, no particular, o aprimoramento da legislação processual, de tal maneira que a prestação jurisdicional seja menos cara, mais acessível a todos e muito mais célere. Todavia, essa situação não obscurece esse processo de transformação a que me referi anteriormente, sendo de se destacar, em tal contexto, de modo especial, a Justiça Federal, porquanto: a) embora o Estado atual seja gerador de conflitos, com destaque no campo dos direitos individuais, coletivos e sociais, adotaram-se diferentes medidas legislativas e administrativas que confirmam a assertiva acima, a saber, foram criados e instalados juizados especiais, notadamente os federais; b) novas varas foram criadas e instaladas ao mesmo tempo em que criados os respectivos cargos de juízes; c) ampliou-se a composição dos cinco tribunais regionais federais; d) tem havido expressivo acréscimo da produtividade dos juízos e tribunais federais, proporcionado por novas metodologias

de trabalho, avanço dos instrumentos tecnológicos da informática, estabelecimento de metas para os integrantes do Judiciário com o respectivo empenho destes no sentido de cumpri-las.

Como o senhor avalia a interiorização da Justiça Federal com a criação, pela Lei 12.011/2009, de 230 varas federais, instaladas, principalmente, em cidades de pequeno e médio porte, sob jurisdição do TRF da 1.ª Região?

A criação e instalação de varas em cidades do interior dos estados, em seus primórdios, foi uma iniciativa, embora tímida à época, que deve ser creditada ao extinto Tribunal Federal de Recursos. Posteriormente, têm sido criadas, sucessivamente, novas varas por diferentes atos legislativos, com vistas a sua instalação em cidades interioranas. Com o advento da Lei 12.011/2009, a criação das 230 varas federais representou importante conquista dos cidadãos que residem nas cidades de pequeno e médio porte sob a jurisdição de cada uma daquelas varas que foram instaladas. Isso porque a interiorização da Justiça Federal tem por escopo proporcionar maior efetividade à prestação jurisdicional, conferindo a ela maior celeridade, com a melhoria do acesso à Justiça, minimizando, assim, no tocante aos jurisdicionados, os custos relativos ao processo.

Como especialista em Direito Civil, que análise o senhor faz sobre a substituição do Código Civil, conhecido como “Código de Clóvis Beviláqua”, que vigorou de 1.º de janeiro de 1917 a 10 de janeiro de 2002, por aquele instituído pela Lei 10.406/2002? Quais foram as mudanças mais importantes para o cidadão e as mais marcantes para o magistrado?

Não há dúvida de que a promulgação de um novo código civil representou grande avanço para a nação brasileira, com reflexos significativos em relação às empresas, às pessoas naturais em geral, tendo aquele diploma legal efetuado importantes mudanças para se ajustar ao texto da constituição de 1988. Creio que, entre as múltiplas alterações ocorridas, as mais importantes, entre outras, seriam as que se seguem: 1) o capítulo sobre os direitos da personalidade, exemplificativamente, o direito à privacidade, o direito ao nome, o direito à integridade corporal. Estabelece o código a indenização por perdas e danos em caso de ameaças ou lesões a direitos da personalidade, também válida para as pessoas jurídicas; 2) a maioridade civil, que a pessoa alcança aos 18 anos e não mais aos 21 anos, de sorte que, após os 18 anos, ela está em condições de praticar livremente todos os atos da vida civil; 3) a emancipação do filho é concedida, com o novo código, por ambos os pais ou só por um deles na ausência do outro.



...a minha atuação profissional, por mais de 26 anos, esteve marcada pela preocupação de não só aplicar corretamente as normas constitucionais e infraconstitucionais nos casos concretos como também de realizar o ideal de justiça em prol dos jurisdicionados.



No código de 1916, à mãe só cabia emancipar o filho se o pai dele houvesse falecido; 4) o atual código civil dispõe que a família abrange as unidades familiares formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e seus descendentes, no que encampa, no particular, a regra do § 4.º do art. 226 da Lei Fundamental. Estabelece também o novo código que o casamento é a “comunhão plena de vida”, com direitos iguais para ambos os cônjuges na linha preconizada pela norma constitucional segundo a qual “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. A meu ver, porém, não havia incoerência no código civil de 1916 quando dispunha que o objetivo do casamento era constituir família.

A idade núbil, em igualdade de condições para o homem e a mulher, foi reduzida para 16 anos, sendo necessária a autorização dos pais, dada a menoridade, nesse caso.

O emprego maciço da informática e a utilização da internet como meio de informação e comunicação provocaram muitas mudanças nas relações sociais na última década. Em decorrência desse fato, o senhor acha que já há pontos a serem modificados no Código Civil?

Em que pesem as grandes conquistas advindas das inovações introduzidas com o advento do código civil de 2002, parecem-me oportunas e necessárias futuras discussões e debates acerca da eventual necessidade da criação de novos institutos que decorram das novas situações retratadas acima, vale dizer, das relações jurídicas novas resultantes do emprego pelos diferentes segmentos do mundo empresarial e social em geral dessa importante ferramenta da informática.

O senhor participou de diversas atividades no Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Poderia falar um pouco da importância do Centro para o aperfeiçoamento da magistratura federal?

Estou seguro da importância do Centro de Estudos Judiciários para a magistratura em geral e do significativo papel que ele exerce no aperfeiçoamento de seus juízes ao ministrar cursos e ciclos de palestras. É recomendável, porém, a implantação de metodologias de cursos com estudos mais intensivos e que proporcionem, em consequência, maior aproveitamento.

Após décadas vivenciando a rotina de juiz, o que pensa o cidadão Sebastião Fagundes de Deus sobre sua atuação profissional?

Dado que exerci a minha atividade jurisdicional em razão de ser um juiz, sem dúvida, vocacionado para a magistratura, creio que a minha atuação profissional, por mais de 26 anos, esteve marcada pela preocupação de não só aplicar corretamente as normas constitucionais e infraconstitucionais nos casos concretos como também de realizar o ideal de justiça em prol dos jurisdicionados. No demais, creio que cabe aos meus colegas fazer uma avaliação melhor a meu respeito.

Quais são os planos para essa nova etapa de vida?

Uma vez aposentado, de modo nenhum pretendo permanecer na ociosidade, até porque, pelas misericórdias de Deus, ânimo e disposição não me faltam para prosseguir em enfrentar novos desafios. O primeiro deles é o de exercer, com maior intensidade e melhor dedicação, a causa do evangelho de Cristo, que, em outras palavras, pode-se resumir com a expressão “ensinar e pregar as verdades das escrituras sagradas”, auxiliando no avanço do reino de Deus. O segundo consiste em dedicar-me, não intensamente, às atividades de consultoria e advocacia.

Por fim, o que o senhor teria a dizer aos seus pares e aos servidores do TRF que estiveram ao seu lado durante todos esses anos?

Durante todo o período em que exerci as funções de magistrado, logrei fazer muitos amigos, entre os colegas de 1.ª e 2.ª instância, entre os membros do Ministério Público Federal, também, em relação aos servidores que escolhi para trabalhar no gabinete, além de outros funcionários não ligados diretamente a minha pessoa. Creio que o trato cordial e ameno, o respeito e o apreço devem reinar entre todos, até porque isso representa um valor inestimável e, além disso, o alto nível no relacionamento entre nós, servidores do Judiciário, redundando, em última análise, na consecução de grande proveito para as atividades meio e as atividades fim da Justiça Federal. Desejo expressar a minha gratidão a todos eles, tanto pelo inestimável apoio e colaboração que recebi, como pela atitude compreensiva deles emanada durante todo o tempo de convivência dentro e fora das atividades laborativas. Muito obrigado a todos. ■

Tempo
de ter

TEMPO

TEEN

RICARDO CASSIANO

“Ano novo, vida nova!” O clichê enche de entusiasmo a quem pretende fazer planos, reciclar outros ou idealizar projetos deixados para trás. É o tempo certo para recomençar, fincar uma estaca, partir do zero.

Trocar de calendário pode, sim, trazer muitos benefícios à vida pessoal e profissional, mas, para muita gente, esse frenesi típico da época prima do ano corre um sério risco, que tende a agravar-se à medida que as folhas vão sendo trocadas: o risco da frustração. O pelotão inimigo está a postos, com os baldes cheios d’água fria, pronto para atacar projetos e postergar metas.

Um dos maiores combatentes do “mal” é, por ironia, o grande aliado dos devotos aos objetivos pessoais: o tempo. Esse personagem do nosso dia a dia é maleável, flexível, age conforme programado. Por isso pode alistar-se de qualquer lado. A missão, então, é fazê-lo jogar no nosso time. Mas como?

Usar bem o tempo requer muita prática e uma boa dose de disciplina. Quem afirma é o consultor e palestrante Christian Barbosa, considerado “guru” na administração do tempo e produtividade pessoal. “Eu acho que o tempo é a base de tudo”, exclama.

Na trincheira adversária quatro canhões preparam para detonar. São os principais fatores que levam profissionais a perder tempo, segundo o especialista: a falta de método, o volume de *e-mails*, o “senso de urgência” e o excesso de reuniões.

O primeiro ladrão do tempo é a ausência de métodos, que resultam em rotinas mais produtivas. “As pessoas aprenderam empiricamente, durante sua formação, a gerenciar as demandas e o tempo, e hoje, no ambiente de trabalho, elas não têm uma estratégia para planejar as

atividades”, explica Barbosa. Para o especialista, a batalha começa assim que o sol desponta, quando o botão “soneca” do despertador nos seduz a postergar o início do dia. “A procrastinação é natural do ser humano”.

Quem planeja bem o dia fica mais imune à tentação de “deixar para depois” porque tem uma noção mais clara das obrigações e de como livrar-se delas. A servidora do TRF da 1.ª Região, Elaine Cristina Danzmann, oficiala de gabinete da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1.ª Região (Cojef), afirma ter uma rotina de trabalho aliada ao tempo. “A Cojef tem uma dinâmica muito grande e me sinto bem acompanhando e vivenciando esse ritmo. Não deixo nada para depois.”

Elaine considera-se focada no trabalho. A servidora da Cojef olha os *e-mails* pessoais duas vezes por dia: uma, quando chega, e outra, no final do expediente.



Elaine não dispensa a agenda para organizar a vida pessoal

MPQ



te. As outras horas dedica às atividades que lhe são designadas. “Diariamente executo as tarefas que já foram pré-pautadas pela chefia na análise dos processos administrativos e, para não perder o foco, estabeleço ordem de prioridade nas demandas”, diz.

Agenda – A organização no trabalho nem sempre foi a mesma na vida pessoal de Elaine. Uma boa solução para blindar a servidora dos ataques contra o tempo foi o uso da boa e velha agenda. Para o consultor Christian Barbosa, ela não é um objeto importante, é essencial! “Seja de papel simples, que se vende em qualquer livraria, seja eletrônica, um *smartphone*, um *software* na internet... não importa o que seja, as pessoas precisam ter”, recomenda. Elaine afirma que aos poucos foi descobrindo a importância de organizar seus compromissos particulares. “A agenda pra mim, hoje, significa qualidade de vida. Sempre tenho um plano A e um plano B para horários. Assim consigo me organizar e cumprir meus compromissos pessoais”.

Em outra seção do Tribunal trabalha uma servidora que também não abre mão do bloco de papel e capa dura. Para a diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag/Diges), Wânia Marítiça Araújo Vieira, a agenda é uma arma poderosa na luta pelo tempo. “Eu coloco as principais coisas que vou fazer naquele dia”, conta. Mas há uma ressalva. Wânia confessa ter o costume de fazer anotações em vários pedaços de papel. “Tem um monte deles na minha mesa, que é bagunçada, mas também sou capaz de ligar e dizer:

‘olha, pega um papel que está do lado direito, embaixo de tal e tal coisa’. Eu sei exatamente onde está”, pondera. Christian Barbosa, contudo, não suaviza. Para ele, na guerra diária por mais produtividade, os lembretes em folhas separadas são munição para a tropa inimiga. “Tira tudo! Qualquer papelzinho da mesa, caderno... deixa só a agenda, porque, assim, você não terá alternativa, vai ter que anotar na agenda”, orienta.

Conforme as horas de trabalho vão passando, a servidora Wânia Marítiça vê-se forçada a fazer ajustes no diário de compromissos. “A maioria das vezes essa agenda é atropelada, porque chegam novas demandas de trabalho. Não é que as prioridades mudam, é que surgem demandas que são mais urgentes”, expõe. A justificativa baseia-se em uma gama de atividades supervisionadas e, também, executadas pela diretora. Entre as atribuições do Cenag estão

as análises de projetos, pesquisas para implementação de novas práticas e métodos de trabalho, e a edição de normas, como resoluções e portarias do Tribunal. Com tanta coisa para fazer e um dia de “apenas” 24 horas, é preciso saber o que realmente pode ou deve cortar fila. Uma dica é usar um modelo tríplice de gestão do tempo.



RAMON PEREIRA

“Sempre estou com a sensação de que falta tempo”, queixa-se a diretora do Cenag, Wânia Marítiça

Urgente, importante e circunstancial

Com base em anos de dedicação e estudos minuciosos das estratégias mais exploradas pelos esquadrões anti-tempo, Christian Barbosa criou um escudo, uma estrutura teórica batizada de Tríade do Tempo. Essencialmente, trata-se de um novo conceito, em que o gerenciamento do tempo é encarado como a habilidade de fazer escolhas, entre coisas importantes, urgentes e circunstanciais.

A proposta é dar mais atenção a tudo que se enquadra no grupo das "importantes". São coisas que têm tempo, prazo pra acontecer e sempre trarão resultado; coisas que dão prazer em executar e que não geram estresse. O mentor da tríade explica que essas preferências são pessoais e, portanto, nem sempre importantes para os outros.

No clã das "urgentes" estão congregadas milícias tão agressivas quanto perversas. São as que mais roubam tempo. Para quando são as atividades desse grupo? Pra ontem! Coisas urgentes não podem esperar, precisam ser feitas imediatamente. "As empresas estão contaminadas com o vírus da urgência. Então as pessoas vivem correndo, fazendo tudo atrasado e nunca têm tempo para se antecipar e viver uma vida com menos estresse", analisa Barbosa. As coisas circunstanciais também figuram como grandes vilões. São tudo aquilo que não leva a lugar nenhum, não traz resultado e consome o tempo que poderia ser gasto em coisas produtivas. Brincadeiras fora de hora e apego excessivo às redes sociais são exemplos claros, e que devem ser eliminados.

O ideal, segundo Christian Barbosa, é o profissional entender, com clareza, como deve usar o seu tempo. "O correto é ter sempre o foco maior no importante, minimizar o urgente e, basicamente, eliminar o circunstancial", defende. Em termos numéricos, o especialista aponta, como modelar, uma dedicação de 70% do tempo a coisas importantes. Mas pesquisa *on-line* feita pela empresa Tríade Consultoria revelou que o brasileiro destina apenas 30% do dia de trabalho ao que realmente importa.



DIVULGAÇÃO

Reuniões

Os estudos encomendados ao portal da Tríade também revelaram um dado surpreendente, que materializa a gravidade do alto percentual de tempo perdido com coisas circunstanciais. Que o excesso de reuniões institucionais desnecessárias integra o esquadrão contraproducente, os gestores já sabiam. A surpresa foi dimensionar seu poder de fogo: R\$ 500 mil por ano, a cada 100 funcionários. O valor, segundo a pesquisa feita pela internet, é resultado da soma dos rendimentos de executivos de diversas empresas, proporcionais às horas perdidas em reuniões sem resultados efetivos. Um desperdício de meio milhão de reais!

A servidora do Tribunal, Wânia Marítiça, aprendeu a lição há muito tempo. "Eu fujo de reuniões! Àquele tipo que as pessoas marcam pra conversar, divagar, eu faço o possível pra não comparecer, porque se perde muito tempo e não se chega a nenhuma conclusão", afirma. Reuniões que atraem a diretora do Cenag são as bem estruturadas, com assuntos previamente estudados e,

TRÍADE DO TEMPO

Desde o ano de 2005 mais de 65.000 testes foram realizados pela internet e alguns dados chamam atenção. Destes, 15.324 foram selecionados para efeito de pesquisa, que apontou:



- O Brasileiro dedica apenas 30% do tempo em atividades importantes de sua vida.
 - As mulheres têm maior foco entre as "urgências" e as atividades "importantes": 30,99% - Esfera da Importância // 44,39% - Esfera da Urgência // 24,62% - Esfera Circunstancial.
 - Os homens têm maior volume de atividades circunstanciais: 27,80% - Esfera da Importância // 36,73% - Esfera da Urgência // 35,47% - Esfera Circunstancial.

Faça o teste no sítio www.triadedotempo.com.br e descubra como você usa seu tempo.

Christian Barbosa, da Tríade Consultoria: "Antecipe-se! Nunca deixe para agir quando a coisa estourar"



principalmente, hora para acabar. “Se for só para tomar decisões, aí eu gosto”.

Parte do tempo faturado longe da sala de reuniões a servidora usa para vencer outro adversário: o volume de *e-mails*. São incontáveis as mensagens eletrônicas “piscando” a todo instante na caixa de entrada. “Responder essas mensagens toma um tempo bom porque não é uma resposta coloquial; é uma resposta dinâmica, rápida, mas que exige responsabilidade com aquilo que você está informando”, detalha Marítiça.

Segundo o autor da Tríade do Tempo, o trabalhador brasileiro passa de duas a três horas por dia na frente do computador, apenas para administrar *e-mails*. Ignorar mensagens longas, com assuntos indefinidos, correntes de amigos ou futilidades é a garantia de minutos extras, e sagrados, no saldo do dia. A mesma dica vale para as redes sociais. Pode usar, mas com moderação. “Rede social é legal, a interação, eu não sou contra. Mas se a pessoa fica todo o tempo conectada, ela se perde”, diz Barbosa. “Eu costumo acessar no final do dia ou no intervalo de almoço, se não tiver nada melhor pra fazer”, completa.

Com a boa gestão do tempo é possível extrair mais do dia de trabalho e aproveitar o que a vida oferece além do expediente. “Não ter tempo” para a família, os amigos, os objetivos pessoais ou o lazer é um subterfúgio que pode ser diagnosticado e tratado. Wânia Marítiça cultivou um hábito, em casa, que superou o distanciamento com os filhos e entre eles, resultante dos compromissos de cada um. “A gente não abre mão do almoço no sábado ou de passar o domingo juntos. Não fazemos compromissos no final de semana porque ele é nosso. Temos pouco tempo juntos, mas é um tempo de qualidade”, compartilha. “As pessoas estão viciadas demais no trabalho e pouco viciadas nos seus *hobbies*”, acrescenta Christian Barbosa.

Começar 2012 de olho no relógio, focado nas metas traçadas e sem deixar a parte saborosa da vida para depois é o grande desafio. As armas estão à mão, e a batalha não pode esperar. No fim do combate – ou do ano – o profissional mais preparado terá inúmeras conquistas a celebrar. “Com o tempo você consegue saúde, relacionamento, mais energia, mais dinheiro e mais carreira. Então as pessoas realmente precisam aprender a administrar o tempo porque os benefícios vão estar em todas as áreas da vida”, finaliza o consultor. ■

R\$ 500 mil

É o quanto se perde anualmente, a cada grupo de 100 funcionários, com reuniões ineficientes. A estimativa foi apresentada em 2009 pela empresa Tríade Consultoria, baseada em pesquisa *on-line*. Em outro estudo, feito com dois mil profissionais, 65% dos entrevistados consideraram as reuniões mal conduzidas, e apenas 7% afirmaram que elas foram produtivas.



- Reuniões ineficientes
 - Problemas com interrupções constantes
 - Falta de foco e dificuldades de priorização
 - Gerenciamento de equipes de trabalho
- Excesso ou mau uso do *e-mail* na corporação

Maiores vilões do tempo



IMAGENS: INTERNET

ESMAF REALIZA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL EM PALMAS/TO

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), promoveu no período de 30 de novembro a 2 de dezembro, a III Jornada de Direito Processual Penal. O evento ocorreu na sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins e foi coordenado pelo diretor da Escola, desembargador federal Carlos Moreira Alves. A primeira conferência foi proferida pelo professor doutor Cesar Roberto Bitencourt, que abordou o tema 'Supressão de parcela do tempo da prescrição retroativa'.

Durante três dias, o evento reuniu renomados palestrantes entre eles o professor doutor Alberto Zacarias Toron, que discorreu sobre "Atualidade e a importância do habeas corpus". Outros temas também foram abordados no evento como: Direito à defesa; Relações das organizações criminosas com o direito penal econômico e Judiciário do futuro: vícios e virtudes. A última conferência do evento foi proferida pelo professor doutor Eugênio Pacelli de Oliveira, que falou sobre o novo regime de prisões cautelares.

O diretor Carlos Moreira Alves, ao encerrar a Jornada, agradeceu aos conferencistas. "É sempre difícil transmitirmos a extensão de nossos agradecimentos àqueles que se afastam de seus afazeres, de seus familiares e vêm aqui nos acudir com o brilho do seu conhecimento, com os ensinamentos que sempre nos transferem." E estendeu os agradecimentos aos magistrados de 1.º e de 2.º grau presentes e a todos que colaboraram na realização da Jornada.

O evento teve o patrocínio da Caixa Econômica e do governo federal.

ROBSON MEDEIROS



INSTITUÍDA COMISSÃO DE DESEMBARGADORES PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA SEDE

Foi publicada, no dia 30 de novembro, a portaria n.º480 de 25 de novembro de 2011, que institui comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

A comissão será presidida pelo corregedor-regional da Justiça Federal da 1.ª Região, Cândido Ribeiro, sendo composta, ainda, pelos desembargadores federais Amílcar Machado – vice-presidente do Tribunal – e Selene Almeida. Os magistrados terão como atribuições, entre outras, a de acompanhar e avaliar os trabalhos em execução, relativos à terceira etapa contratada, zelando por sua regularidade, bem como a de sugerir medidas que visem à regularização dos serviços prestados e ao seu aperfeiçoamento.

A Portaria/Presi/Cenag 480 pode ser consultada no Boletim de Serviço n.º 221, de 30 de novembro.

FERRAMENTA DESENVOLVERÁ PETICIONAMENTO ELETRÔNICO INTEGRADO

Foi instituído, no dia 11 de janeiro, o grupo de trabalho que será responsável por desenvolver a ferramenta de *web service* de peticionamento eletrônico, integrada à Procuradoria Regional da República da 1.ª Região, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O objetivo é disponibilizar uma integração dos sistemas de cada órgão ao sistema de peticionamento eletrônico (e-Proc) do TRF da 1.ª Região, o que possibilitará que tais instituições façam as petições obrigatórias pela plataforma do Processo Digital da 1.ª Região (e-Jur).

A ferramenta de *web service* – tecnologia utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes – deve ser adaptada no prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30, mediante prévia justificativa.

Denominado GT *Web*, o grupo de trabalho é composto de três servidores do Tribunal e de outros dois de cada um dos demais órgãos envolvidos. A equipe será coordenada pelo servidor Yuri Oliveira Andrade Freitas, representante do TRF da 1.ª Região.

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS APOSENTA-SE

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 12 de janeiro, a aposentadoria do desembargador federal Sebastião Fagundes de Deus. O magistrado atuava na Corte Especial, na 5.ª Turma e na 3.ª Seção, e completaria 11 anos no TRF da 1.ª Região no dia 15 de fevereiro.

O juiz federal Ricardo Machado Rabelo, da 3.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, foi convocado pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, para substituir o magistrado. A convocação do magistrado foi publicada no Ato/Presi/Asmag n.º 100, de 18 de janeiro de 2012.



GRUPO DE TRABALHO ESTUDA AÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE UNIDADES PARA O TSE

O TRF da 1.ª Região instituiu grupo de trabalho para coordenar as ações de transferência de unidades do Tribunal para os edifícios que serão desocupados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A equipe foi designada por meio da Portaria Presi/Cenag n.º 230, de 17/05/2011, alterada pela Portaria Presi/Cenag n.º 463, de 14 de novembro de 2011, sendo presidida por Ruyter Roberto Ramos/SECAD e composta pelos membros Euvaldo Soares de Pinho, Assessor Especial da Presidência; Kátia Regina Ribeiro de Santa Anna, Diretora da Divisão de Planejamento; Luiz Otávio Campello Montezuma, da Secretaria de Administração; e Rodrigo Pinto de Menezes, da Divisão de Engenharia e Manutenção.

CNJ PROPÕE 12,5 MIL CONCILIAÇÕES NO SFH ESTE ANO

Realizar 12,5 mil audiências de conciliação é a meta inicialmente proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) nas ações relacionadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) até o fim do ano de 2012. Nas audiências de conciliação do SFH, os mutuários conseguem renegociar suas dívidas com os representantes da Caixa Econômica Federal e da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), com a ajuda de um conciliador sugerido pela Justiça. As novas metas de conciliação do SFH foram apresentadas no dia 30 de janeiro, em reunião do CNJ com integrantes dos cinco TRFs.

De acordo com as previsões iniciais do CNJ, ao TRF da 1.ª Região (que abrange 14 estados) caberão 4,05 mil audiências conciliatórias. Até 28 de fevereiro, os tribunais poderão fazer suas contrapropostas a fim de adequar a quantidade de audiências sugeridas às suas realidades, sobretudo em função da quantidade de processos efetivamente em condições de seguir para as mesas de conciliação. Só então o Conselho iniciará o acompanhamento do cumprimento das metas estipuladas.

Em 2011, ocorreram aproximadamente 20 mil audiências relacionadas a dívidas de mutuários com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Foram recuperados R\$ 367,7 milhões para o SFH, com a celebração de 7.471 acordos entre estas pessoas e a Caixa Econômica Federal – durante as audiências realizadas nos cinco Tribunais Regionais Federais do país.

Fonte: CNJ

REEMBOLSO DE CONSULTAS

A modalidade de assistência à saúde, prevista no Pro-Social, denominada de Livre Escolha é aquela prestada por profissionais e instituições não pertencentes à rede credenciada no Pro-Social, que tenham suas atividades reconhecidas legalmente e estejam regularmente inscritos nos respectivos órgãos de classe da categoria. O Regulamento-Geral do Pro-Social, com a redação dada pela Resolução 670-006, de 04/06/2003, e, mais especificamente, a IN 18-07 definem os critérios que se devem observar para fins de reembolso no Pro-Social. Dúvidas? Você tira aqui.

1. Como funciona o reembolso?

O reembolso das despesas segue as mesmas regras adotadas para a rede credenciada, observando-se os procedimentos próprios de cada tipo de assistência, limitado às tabelas oficialmente adotadas pelo Pro-Social.

2. Quais os documentos necessários para a solicitação do reembolso?

A documentação exigida depende do tipo de procedimento realizado. Deverá ser apresentada sem rasuras, conforme tabela abaixo.

Consultas	1 e 2
Exames (Laboratório/ Radiologia/ US/ CT/ Ressonância)	1, 2 e 3
Atendimento Ambulatorial/ pequeno ato médico	1, 2, 3 e 4
Atendimento ambulatorial/ pequeno ato cirúrgico	1, 2, 3, 4 e 7
Internação clínica	1, 2, 4, 5 e 7
Internação cirúrgica	1, 2, 4, 6, 7 e 11
UTI	1, 2, 4, 5 ou 6, 7 e 11
Tratamento seriado (psicologia, fonoaudiologia e psiquiatria)	1, 2, 8 e 10
Tratamento seriado (fisioterapia, acupuntura)	1, 2, 3, 7 e 10
Tratamento odontológico	1, 2, 12, 13 e 14
Tratamento odontológico/emergência	1, 2, 12 e 14



CODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Solicitação de reembolso
2	Recibo ou nota fiscal (original e cópia) *
3	Prescrição ou justificativa médica
4	Discriminação ou detalhamento das despesas, especificando os valores unitários e total
5	Relatório médico-clínico constando as datas das visitas realizadas e o CID
6	Relatório Cirúrgico constando procedimento(s); CID, equipe cirúrgica e data da cirurgia
7	Autorização Serviço Médico
8	Autorização do Serviço de Psicologia
9	Autorização do Serviço Médico
10	Comprovante de presença ou controle de sessões
11	Boletim anestésico
12	Ficha odontológica externa – FOE
13	Perícia inicial
14	Perícia final

* Quando se tratar de recibo de pessoa física, deverá constar a assinatura do profissional, o número do CPF e o registro do conselho regional da categoria. Quando a despesa for efetivada por pessoa jurídica, deverá ser apresentada nota fiscal, com indicação do CNPJ, ou documento que comprove a isenção da emissão.

3. O que ocorre caso a documentação apresentada esteja incompleta?

Sempre que não for apresentada toda a documentação exigida, o requerente será informado pela área de Programas e Benefícios Sociais (Secbe), para que providencie a regularização, no prazo de 15 dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação. Não sendo providenciada a regularização solicitada no prazo previsto, a despesa não poderá ser reembolsada.

4. Qual o prazo para apresentar o pedido de reembolso?

A solicitação de reembolso das despesas poderá ser requerida até 180 (cento e oitenta) dias depois de efetivadas.

5. Qual o valor que será reembolsado?

O reembolso das despesas será efetuado de acordo com os valores constantes das tabelas adotadas oficialmente pelo Pro-Social, limitado à quantia comprovadamente gasta pelo beneficiário.

6. Como é creditado o valor?

O valor a ser reembolsado será creditado na conta-corrente do titular, no prazo de até 20 dias úteis da data de solicitação. Após o processamento do reembolso, o recibo ou nota fiscal será disponibilizado pela Divisão Administrativa e Financeira da Secbe para o titular.

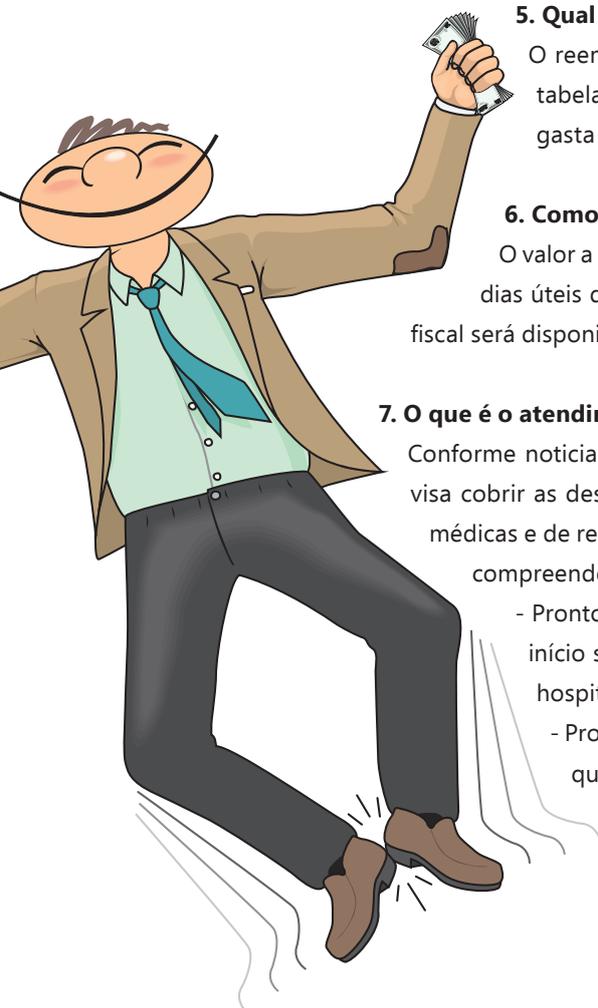
7. O que é o atendimento por UTI-Móvel, realizado exclusivamente por meio de reembolso?

Conforme noticiado pelo Comunicado Pro-Social n.º 001/2003, o atendimento por UTI-Móvel visa cobrir as despesas com a utilização de pronto-socorro móvel de urgência e emergência médicas e de remoção, com base nos valores constantes das tabelas adotadas pelo Pro-Social, compreendendo:

- Pronto-Socorro Móvel de Urgência – atendimento de todo quadro clínico agudo, de início súbito, não habitual ao paciente e que impossibilite sua ida até um médico ou hospital;
- Pronto-Socorro Móvel de Emergência – atendimento de todo quadro clínico agudo que implique risco de morte.

8. Quais os valores reembolsados pelo Pro-Social ao beneficiário que utilizar o serviço de UTI-Móvel?

ATENDIMENTO UTI MÓVEL	R\$
Atendimento médico	573,65
Atendimento com remoção	780,16
Translado sem médico	165,21
Translado com médico	486,45
Translado com respirador e/ou incubadora	596,59



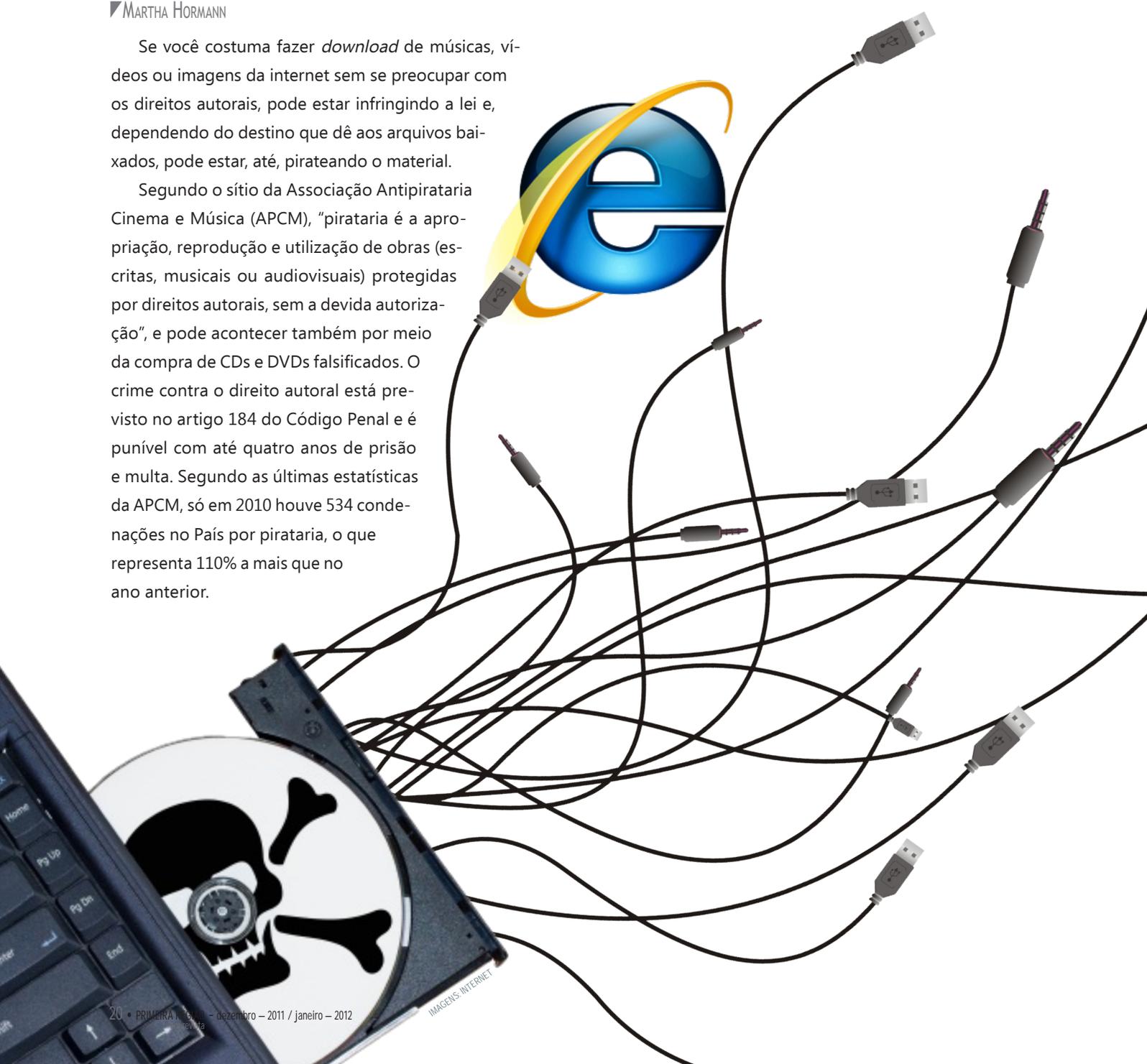
A pirataria e o desrespeito aos direitos autorais na internet

EMBORA JÁ SE TENHA TORNADO UMA PRÁTICA COMUM, BAIXAR CONTEÚDOS DA INTERNET SEM OBSERVAR OS DIREITOS AUTORAIS CONSTITUI INFRAÇÃO E PODE VIR A COMPOR UM CRIME PUNÍVEL COM ATÉ QUATRO ANOS DE PRISÃO E MULTA

▼ MARTHA HORMANN

Se você costuma fazer *download* de músicas, vídeos ou imagens da internet sem se preocupar com os direitos autorais, pode estar infringindo a lei e, dependendo do destino que dê aos arquivos baixados, pode estar, até, pirateando o material.

Segundo o sítio da Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM), "pirataria é a apropriação, reprodução e utilização de obras (escritas, musicais ou audiovisuais) protegidas por direitos autorais, sem a devida autorização", e pode acontecer também por meio da compra de CDs e DVDs falsificados. O crime contra o direito autoral está previsto no artigo 184 do Código Penal e é punível com até quatro anos de prisão e multa. Segundo as últimas estatísticas da APCM, só em 2010 houve 534 condenações no País por pirataria, o que representa 110% a mais que no ano anterior.





Embora o direito autoral seja protegido pela lei brasileira, o valor destinado pela indústria ao artista, por item comercializado, é baixo, como atesta a cantora e compositora Paula Nunes, de Brasília: “o que dá mais lucro para o cantor é fazer shows. A venda de CDs, em si, não rende tanto, principalmente quando gravados por meio de contrato com gravadoras, e não de forma independente”. Perguntada a respeito das regras contra a violação do direito do autor, Paula diz: “Não sou a favor, não. Quando alguém baixa uma das minhas músicas pela internet, estou tendo meu trabalho divulgado. Então, para mim, como artista, uma lei que proíbe esse tipo de coisa não é boa”. Do primeiro CD, Paula já disponibilizou, no sítio Myface, duas músicas de sua autoria, e talvez ofereça outras do CD que pretende lançar em março, exclusivamente com músicas compostas e interpretadas por ela.

O fotógrafo Bruno Bernardes, que trabalha com fotos publicitárias, conta que nunca teve problemas com material exposto na internet, entretanto relata: “acho que é muito importante a legislação sobre direitos dos autores, mas a velocidade dos meios de comunicação atuais traz novidades constantes, e essas leis têm que acompanhar as mudanças para serem eficazes. Seria importante que os interessados fossem ouvidos na hora de atualizar as leis”. Bruno entende, também, que é preciso encontrar novas maneiras de lidar com a questão de direitos autorais na internet e cita o caso do grupo musical Radio Head, que, em 2007, lançou um álbum inédito, vendido exclusivamente pela rede mundial de computadores, pelo preço que o consumidor quisesse pagar. Os resultados comerciais foram mantidos em sigilo, mas a popularidade do álbum foi significativa e, em 2011, a banda inglesa anunciou a oferta de novo CD, também vendido exclusivamente por meio de *download*, desta vez pelo valor pré-fixado de US\$ 9,00.

Na área da Literatura, o escritor Oswaldo Pullen, de Brasília, comenta que as editoras brasileiras estão muito resistentes a investir nos *e-books*, por receio da pirataria,

mas se esquecem de que diversos livros já foram copiados por meio do escaneamento de exemplares impressos. De qualquer forma, para Pullen “é necessário comercializar, além do livro em si, coisas que despertem o interesse do leitor em pagar pelo livro e, assim, driblar a pirataria. Por exemplo, você pode criar, a partir do livro, jogos, fóruns, camisetas com estampa de personagens, acesso a vídeos com entrevistas do autor, fóruns de discussão, tudo acessível apenas aos que tiverem pago pelo *e-book*”.

Quanto a textos publicados na rede, Solange Pereira Pinto, autora de nada menos que 21 *blogs*, opina: “controlar os textos que publicamos na internet é impossível. Eu mesma já vi coisas minhas em outros *sites* e, na minha opinião, não há nada de errado em replicar textos, desde que seja citada a fonte e a autoria”. Para ela, ninguém é absolutamente original, pois qualquer criação tem como base produções anteriores, de outras pessoas, “a soma de tudo o que já lemos, vimos e ouvimos. Na verdade, o conhecimento pertence à humanidade, não é privativo de ninguém”.

Mas nem todos pensam assim. O especialista em Direito Autoral e autor de livro sobre o tema, Cláudio Goulart, alerta que “a evasão tributária provocada pela pirataria compromete o Estado, e o material pirateado costuma ser desprovido da qualidade necessária, prejudicando também o consumidor”. Ele acrescenta que a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) tem estudado meios de evitar a reprodução não autorizada de livros, periódicos e outros escritos disponíveis no mercado livreiro, como forma de proteger os direitos do autor.

Além de músicas, vídeos, imagens e textos, a pirataria alcança também programas de computador, muitas vezes reproduzidos e colocados em uso em empresas. Pela legislação em vigor, as multas por pirataria são de até três mil vezes o valor da licença necessária para o uso do produto. Além disso, o proprietário da empresa corre o risco de ser preso. Ao mesmo risco estão expostos os vendedores de réplicas dos programas, pois, mesmo

O QUE DIZ A LEI

O Código Penal prevê, no art. 184, o crime de violação de direitos autorais e os que lhe são conexos:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1.º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2.º Na mesma pena do § 1.º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

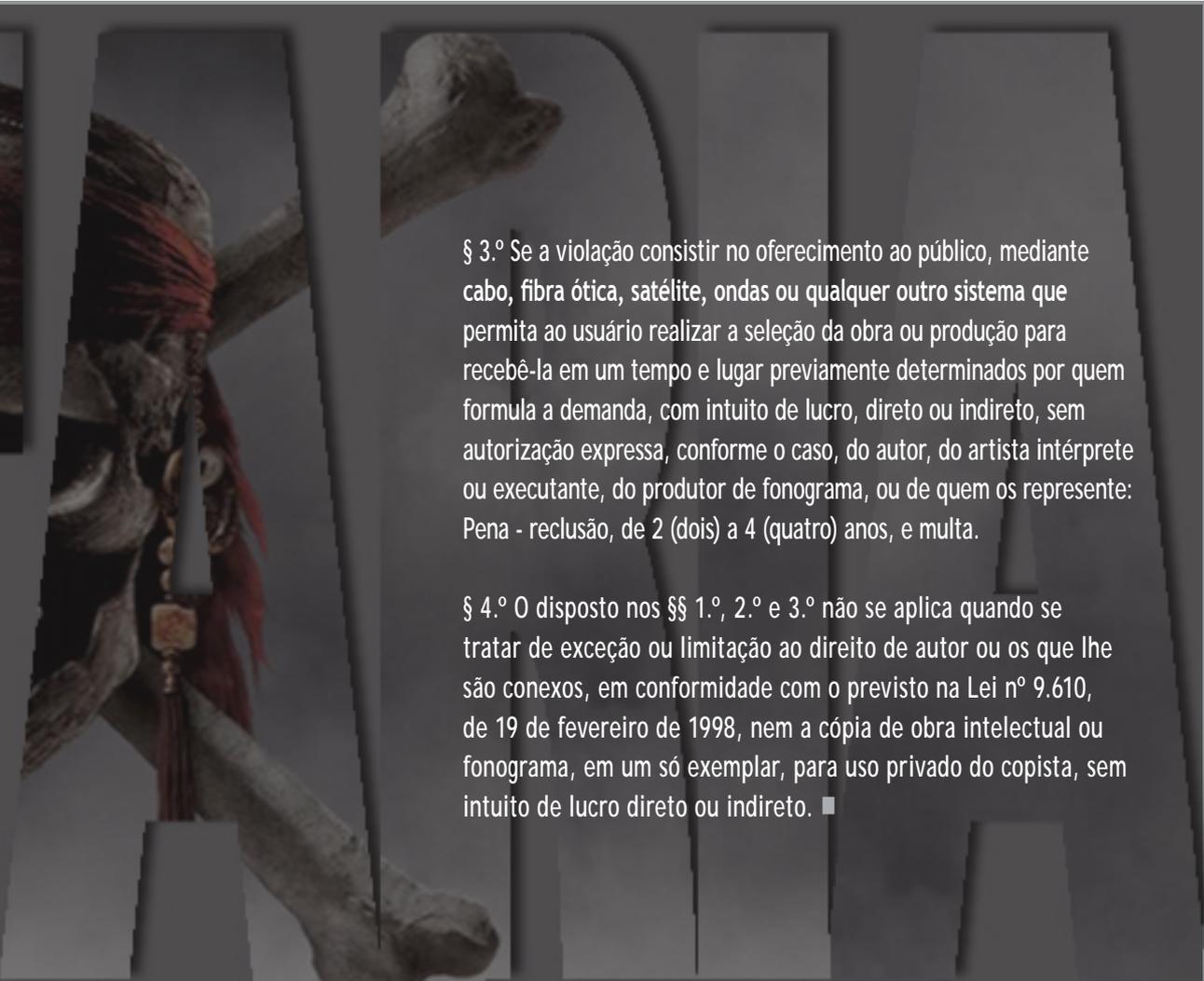
adquirindo licença para uso, o comprador tem apenas o direito de uso exclusivo. A reprodução sem autorização expressa do titular da obra também é ilícita, mesmo que para uso individual e sem fins comerciais.

No Brasil, desde 2004, a pirataria é combatida principalmente pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), órgão do Ministério da Justiça que tem trabalhado em três frentes distintas: a repressiva, a educativa e a econômica. Segundo o sítio eletrônico do órgão, a próxima iniciativa em vista será no sentido de envolver a sociedade no debate sobre o tema. Tudo isso deve ser somado às ações repressivas do Estado, que não devem parar.

Mas a questão vai muito além das fronteiras nacionais. Nos Estados Unidos, dois projetos de lei tramitam no congresso. Um deles é conhecido como Sopa (Stop Online Piracy Act – “pare com a pirataria *on-line*”), e o outro é o Pipa (Protect IP Act – ato para proteção da propriedade intelectual). Ambos pretendem coibir a pi-

ratária na internet e têm provocado reação de entidades como o Google, Wikipedia, Facebook e Wordpress, que teriam sua liberdade de ação afetada pela edição das leis. Um sítio eletrônico poderia ser fechado simplesmente por oferecer conexão com outro, suspeito de pirataria. Mesmo os sítios especializados em busca, tais como o Google e o Yahoo, seriam obrigados a retirar dos resultados de pesquisa endereços que compartilhassem pirataria. Em protesto aos projetos de lei, os sítios Wikipedia e Craigslist, entre outros, chegaram a sair do ar temporariamente.

A preocupação do congresso americano com o tema já estava em pauta quando o alemão Kim Smitf, dono do sítio Megaupload, foi preso na Nova Zelândia, onde vivia, acusado de pirataria informática na internet – ele oferecia cópia de filmes, músicas e outros conteúdos sem compensar os detentores de direitos autorais. Smitf teve seus bens confiscados, e o sítio foi fechado pelo FBI, sob a acusação de haver causado prejuízo de US\$ 500 milhões em direitos autorais.



§ 3.º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 4.º O disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto. ■



Justiça Federal chega a Oiapoque, “onde começa o Brasil”

A PRESENÇA DO ESTADO EM ÁREA DE FRONTEIRA ESTRATÉGICA

IVANI MORAIS

Popularmente considerado o marco determinante do extremo norte do país, o município de Oiapoque, no Amapá, conhecido como “o lugar onde começa o Brasil”, foi contemplado com uma vara da Justiça Federal, instalada no dia 2 de dezembro pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária do Amapá, juiz federal Anselmo Gonçalves da Silva. É a segunda vara interiorizada no estado, depois de Laranjal do Jari, que recebeu a primeira vara, oriunda do processo de interiorização da Justiça Federal no último dia 25 de novembro. Agora, os 630 km que separam a capital Macapá do município de Oiapoque não mais serão impedimento para que os cerca de 29 mil habitantes do local e também do município vizinho de Calçoene tenham acesso aos serviços da Justiça Federal.

A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades do cenário jurídico e político nacional e regional, entre elas o presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho

da Justiça Federal, ministro Ari Pargendler, e o conselheiro do CNJ e coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Tourinho Neto.

Para o presidente Olindo Menezes, a data se reveste de especial significação. “Este é um dia histórico que se insere na história heroica da Justiça Federal do Amapá. Ele lembrou as dificuldades enfrentadas para que a data se materializasse: “A caminhada não foi fácil; muitos passos, às vezes difíceis e com tropeços, teve que dar a Justiça Federal para chegar a este lugar, nesta data e neste momento”. O magistrado destacou a participação do Conselho da Justiça Federal como preponderante para a instalação da subseção judiciária. “A realização deste sonho não seria possível sem a ação determinada do CJF (...). Foi o Conselho que houve por bem, com base em critérios objetivos identificadores da presença da justiça federal na localidade, fixar a localização desta vara de Oiapoque”. E anunciou: “A Justiça Federal chega a esta municipalidade com a finalidade de servir, e servir bem, aos seus jurisdicionados, praticando e

fazendo praticar a justiça, informada pelos valores republicanos de cidadania e de civilização”.

O município de Oiapoque é considerado entrada e saída para a Europa, pela Guiana Francesa, com a qual faz fronteira. Para o ministro Ari Pargendler, trata-se de um projeto estratégico. “Se fôssemos mensurar apenas o número de processos haveria outras regiões do país que teriam prioridade, mas se trata de implantar



Presidente Olindo Menezes; novo diretor da Subseção de Oiapoque, juiz federal Leonardo Paupério; e Anselmo Gonçalves, diretor do foro da SJ/AP

aqui um ramo judiciário do estado brasileiro. É muito importante que o poder estatal esteja presente nesta região norte, especialmente no estado do Amapá. Agora com a ponte que proximamente será inaugurada, ligando o estado do Amapá à Guiana Francesa, haverá um grande progresso na região”, declarou o ministro.

A nova vara terá competência geral e de juizado especial federal adjunto. O presidente Olindo Menezes destacou a competência do juizado federal cível. Segundo ele, “constituirá na região, possivelmente, a face de maior ressonância social na atuação da Justiça Federal”.

Também o diretor do foro da seccional do Amapá, Anselmo Gonçalves da Silva, falou da instalação da Subseção de Oiapoque, que, para ele, traduz “de forma intensa e precisa a vontade do legislador, expressa na Lei 12.011/2009, que criou as 230 varas federais destinadas ao interior e à implantação dos JEFs no país, fazendo constar expressamente do seu texto que a localização dessas varas federais deveria levar em conta, principalmente, a distância de localidades onde haja vara federal e as áreas de fronteiras consideradas estratégicas.”

Ele é categórico: “Não há dúvida de que a Subseção Judiciária de Oiapoque, entre todas as outras localidades contempladas com varas federais, é a que mais se alinha e ajusta à vontade do legislador, pois não padece nenhuma

dúvida de que aqui é uma fronteira estratégica, sobretudo nestes tempos em que mapas norte-americanos chegam a desmembrar a Região Amazônica como integrante de nosso território nacional”, afirmou Anselmo. “A instalação da Justiça Federal no Oiapoque vem fortalecer a presença de nossas instituições nesta importante e rica área do território brasileiro”. Pontuou.

Anselmo lembrou também que a instalação da Vara no município favorece a aproximação da Justiça Federal com os jurisdicionados ribeirinhos carentes e com a população indígena que vive há séculos na região. “É preciso levar e garantir a essa gente todo o amparo e benefícios sociais outorgados pelo Estado; também é certo que devemos combater não só a degradação ambiental, mas também a degradação da cultura e tradição dos povos indígenas do Oiapoque”, finalizou.

O juiz federal diretor da nova subseção judiciária, Leonardo Tocchetto Paupério, pontuou os desafios que ele e sua equipe de servidores terão pela frente; parte da equipe, empossada após a solenidade de instalação. “Os desafios são muitos e a Justiça Federal entra no universo de esforços para solucioná-los”. Ele enumera: “há uma rodovia federal em obras, que precisa ser preparada para o trânsito de pessoas e bens, gerando integração e acesso da população a serviços essenciais; há inúmeras pontes nessa rodovia

que precisam ser construídas e preservadas para que o acesso não seja interrompido; há dificuldades de comunicação e a necessidade de viabilizar a inclusão digital, o acesso do cidadão ao mundo através da rede mundial de computadores; há uma ponte que está pronta e precisa ser aberta, gerando integração regional, parcerias, cooperação e maior diálogo entre as nações vizinhas e também irmãs; há a exposição da população a situações de risco, principalmente de crianças e adolescentes, que, prioritariamente, precisa ser combatida". E anunciou: "A Justiça Federal, no exercício de suas competências constitucionais, também está aqui para isso".

O magistrado concluiu seu discurso afirmando: "quero dizer que a Justiça Federal abre suas portas para atender à população em temas que seguramente são muito caros a esta comunidade de fronteira. A partir de agora, eu e toda minha equipe já estamos prontos para cumprir com nossas atribuições, e registramos que não pouparemos esforços para atender, da melhor maneira possível, aos nossos jurisdicionados".

O atendimento ao público externo terá início após o dia 6 de janeiro. Até lá, o expediente será interno, para concluir providências de ordem material, tecnológica e

operacional. As ações, procedimentos e medidas de urgência serão atendidas nesse período.

Homenagem

Como parte da solenidade, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Oiapoque homenagearam algumas autoridades com o título de Cidadão Oiapoqueense, entre elas, o presidente Olindo Menezes, o ministro Ari Pargendler, o conselheiro Tourinho Neto, o diretor do foro/SJAP, Anselmo Gonçalves, e o juiz federal João Bosco Costa Soares e Silva.

Participaram da solenidade, ainda, além de autoridades civis, militares e religiosas, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco; os juizes federais da seccional do Amapá, Fabiano Verli, Mauro Henrique Vieira, Felipe Andrade Gouvêa e Lívia Cristina Marques; Márcio Sá Araújo, titular de Laranjal do Jari; a representante do cônsul geral da França, a vice Verônica Reis; o diretor Felipe dos Santos Jacinto, o diretor de Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária e coordenador das novas varas, Carlos Frederico Maia Bezerra, o assessor especial da Presidência, Eivaldo Pinho, e o diretor da Secad/SJAP, José James Dias Coelho. ■



LUIZ XAVIER

Autoridades e os novos servidores empossados na recém-instalada Subseção Judiciária de Oiapoque



Instalação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas encerra cronograma de instalações de varas em 2011

O ESTADO DA BAHIA SOMA 14 VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL NO INTERIOR

IVANI MORAIS

O município baiano de Teixeira de Freitas foi o derradeiro da Primeira Região a receber uma vara da Justiça Federal em 2011. Instalada no dia 16 de dezembro pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, juntamente com a diretora do foro da Seção Judiciária da Bahia, Cynthia de Araújo Lima Lopes, a Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas finaliza o calendário de instalações definido pela administração do Tribunal para o ano de 2011, por meio da Resolução Presi 24/2011, em conformidade com o estabelecido na Resolução 102/2010 do Conselho da Justiça Federal (CJF).

No ano passado, ao todo, foram 19 varas federais instaladas – em oito dos 13 estados que compõem a Primeira Região. Na avaliação do presidente, um trabalho árduo que

rendeu bons resultados. “Para instalar essas varas, tivemos que viajar muito para lugares de acesso difícil, como Laranjal do Jari e Oiapoque, no Amapá (...). A 1.ª Região está enriquecida com mais 19 unidades judiciárias, novos servidores, enfim, estamos crescendo e dando, a cada dia, mais uma resposta positiva aos nossos jurisdicionados. Considero que o Tribunal da 1.ª Região está de parabéns por tudo o que fez neste ano de 2011”.

Olindo Menezes comemorou a instalação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas, a maior cidade do extremo sul da Bahia, com quase 140 mil habitantes. “Este é um dia especial, quiçá histórico, para a Justiça Federal da Primeira Região e para este município baiano, que passa a contar com uma vara da Justiça Federal para atender aos reclamos jurisdicionais federais de sua comunidade”.

O presidente falou, ainda, da importância de se trabalhar em conjunto com as outras áreas do Judiciário e com a comunidade jurídica. “A Justiça Federal vem para essa comunidade se associar à Justiça do estado e à Justiça do Trabalho para prestar serviços, trabalhar em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, para que a gente construa valores de civilização”, afirmou.

Ele destacou o lado social da nova vara federal em razão de sua competência de juizado especial federal cível, que se constitui, segundo o presidente, a face de maior visibilidade social na atuação da Justiça Federal. “Não se trata de praticar uma justiça assistencialista – a Justiça Federal está aberta a todos os cidadãos, sem discriminação classista ou de ordem econômica –, mas como os menos favorecidos socialmente têm, normalmente, mais dificuldade de acesso à Justiça, não deixa de ser motivo de júbilo que a Justiça Federal chegue a esses cidadãos”, disse.

Com a nova vara, o estado da Bahia passa a contar com 13 subseções judiciárias, totalizando 14 varas federais no interior do estado, o que, na avaliação da diretora do foro, Cynthia Lopes, é motivo de comemoração. “Esta é uma data mais do que especial porque estamos hoje na cidade de Teixeira de Freitas, firmando outro marco decisivo na jornada de interiorização da Justiça Federal”.

Para a magistrada, “o caminho da Justiça Federal em

direção ao interior no Estado brasileiro consubstancia a implantação do princípio democrático de acesso à justiça, tornando a Justiça mais próxima do homem do interior”.

Cynthia Lopes também considera importante a presença da Justiça Federal em Teixeira de Freitas (foto) para a economia local. “Uma injeção, na economia, muito importante, e junto com a Justiça Federal vêm outros órgãos federais. Isso é altamente positivo para o município”, explicou a magistrada.

A vara de Teixeira de Freitas ficará sob a responsabilidade do juiz federal Carlos Alberto Gomes da Silva e contará com 20 servidores em seu quadro funcional. Ele considera o número suficiente para prestar um bom atendimento aos que procurarem os serviços da Justiça Federal. “Para mim

foi uma surpresa a estrutura da vara de Teixeira de Freitas, que tem um padrão de excelência; temos já nomeados 18 servidores e mais dois removidos, quantitativo suficiente para atender de forma satisfatória toda a comunidade, tanto de Teixeira de Freitas quanto dos municípios jurisdicionados”, destacou. “Procuraremos dar uma assistência mais efetiva à população e garantir o acesso à ordem jurídica justa em tempo razoável, atendendo um postulado constitucional”, finalizou.

Com competência geral e juizado especial federal adjunto cível e criminal, a vara federal abrirá as portas para a po-



RAMON PEREIRA

pulação no dia 13 de janeiro, aproximadamente. Até lá, a vara funcionará apenas com expediente interno e atendimentos de urgência, de modo que sejam concluídas providências de ordem material, tecnológica e operacional.

Com a instalação da vara federal de Teixeira de Freitas, chega ao fim mais uma etapa do processo de interiorização da Justiça Federal da Primeira Região. Em 2012, estão previstas as instalações de mais 19 varas. Até 2014, um total de 94 varas federais terão sido instaladas na Primeira Região.

Compuseram a mesa de honra, ainda, o representante do prefeito de Teixeira de Freitas, Ailson da Cruz Pereira, o representante da Câmara Municipal, Ednaldo Rezende dos Santos, o diretor do Fórum da Comarca, juiz Roney Jorge Cunha Moreira, o procurador-geral do MP/BA, Gilberto Campos, o procurador-chefe do MPF/BA, Wilson de Almeida, e o presidente da OAB/BA, Luciano Falcão. Também estiveram presentes os juizes federais José Alexandre Franco (em auxílio à Presidência) e Carlos D'Ávila, o diretor

da Secretaria de Planejamento e Orçamento (Secor) do TRF, Carlos Frederico, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e o diretor da Secad/BA, Joseny Marques Freire.

Subseção Judiciária de Eunápolis – Por ocasião da instalação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas, a comitiva do presidente Olindo Menezes visitou a Subseção Judiciária de Eunápolis, município localizado no percurso do evento, onde foi recebida pelo diretor da Subseção, juiz federal Mauro Rezende de Azevedo, pela juíza federal Roberta Gonçalves Dias do Nascimento e pelo diretor de secretaria Wolney Luís de Oliveira. Os magistrados fizeram, ainda, uma visita ao prédio da Ceplac, onde irá funcionar, após passar por reformas, a nova sede da Subseção Judiciária de Eunápolis, que dará mais conforto ao corpo de magistrados e servidores, proporcionando melhor prestação de serviços à população por estar localizada em uma região central da cidade, com melhor estrutura. ■



Presidente Olindo Menezes (centro), a diretora do foro da SJ/BA, juíza federal Cynthia Lopes, e demais autoridades na abertura da solenidade

Primeira Região realiza mais de 11 mil audiências na Semana Nacional de Conciliação de 2011

TRF GANHA PRÊMIO *CONCILIAR É LEGAL* AO CELEBRAR 9.601 ACORDOS

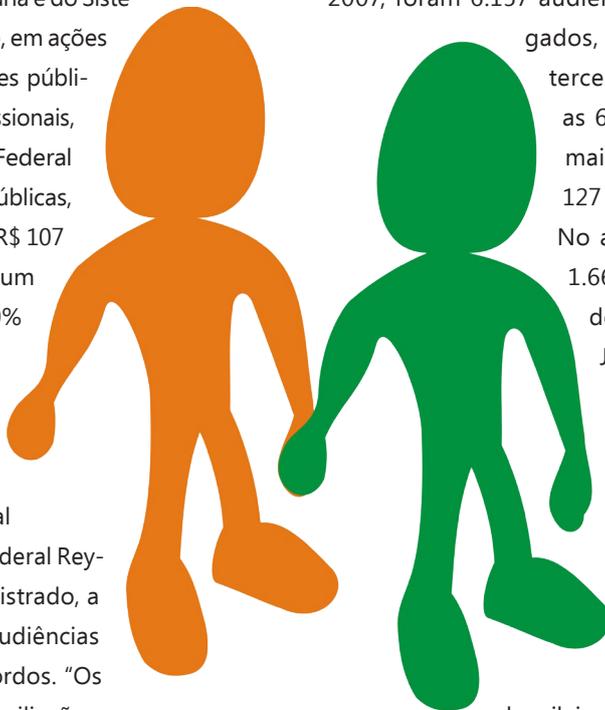
▀ JAIR CARDOSO

A Justiça Federal da 1.ª Região celebrou os resultados alcançados durante a 6.ª Semana Nacional de Conciliação – de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2011. Os cinco dias de trabalho resultaram em 11.423 audiências, com 9.161 acordos homologados na área previdenciária e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em ações coletivas que envolvem servidores públicos, execuções de conselhos profissionais, contratos da Caixa Econômica Federal (CEF), danos morais, ações civis públicas, entre outras. Aproximadamente R\$ 107 milhões foram recuperados, e um percentual de acordos de 80,20% foi atingido.

Os números obtidos superaram as expectativas do coordenador do Sistema de Conciliação (SistCon) da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca. Segundo o magistrado, a previsão inicial era de 10,2 mil audiências e um percentual de 70% de acordos. “Os resultados dos mutirões de conciliação realizados pela Primeira Região são extraordinários. É um sucesso absoluto. Os números demonstram que a cultura da conciliação já está consolidada na Justiça Federal da Primeira Região”, destaca Reynaldo Fonseca.

Se comparados com os resultados obtidos nas cinco edições anteriores, os números da 6.ª Semana Nacional de Conciliação são ainda melhores. Na primeira edição, em 2006, houve 1.072 audiências, com 447 acordos. Em 2007, foram 6.157 audiências e 4.337 acordos homologados, totalizando R\$ 27 milhões. Na terceira edição do evento, em 2008, as 6.774 audiências resultaram em mais de cinco mil acordos, com R\$ 127 milhões em valores negociados. No ano seguinte, foram realizadas 1.668 audiências, com 1.251 acordos e R\$ 6,4 milhões em valores. Já em 2010, foram 10.091 audiências, 6.668 acordos e mais de R\$ 35 milhões recuperados.

De acordo com Reynaldo Fonseca, o TRF da 1.ª Região participou de todas as edições do evento, obtendo resultados significativos. “O TRF sempre figurou entre os dez tribunais brasileiros com maiores índices de conciliação obtidos. Na Semana de 2011, todavia, foram batidos todos os recordes”, disse o desembargador ao destacar que “os números são frios. O que importa é a quantidade de pessoas beneficiadas pela cultura da conciliação”.



Para o desembargador Reynaldo Fonseca, o trabalho realizado é fruto não da sabedoria dos magistrados, mas da alma e do envolvimento de todos os profissionais participantes do Movimento Nacional de Conciliação. **“É a felicidade humana que está sendo buscada. Estão de parabéns os 14 núcleos de conciliação da Justiça Federal da Primeira Região”**. Participaram dos mutirões na Primeira Região 133 magistrados, 50 conciliadores e 250 colaboradores. O coordenador do SistCon parabenizou todos que viabilizaram a cultura da conciliação em 2011.

Prêmio Conciliar é Legal – o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região recebeu o prêmio “Conciliar é Legal”, por ter alcançado um dos maiores índices de acordo durante a 6.ª Semana Nacional de Conciliação. Concedido pelo Movimento pela Conciliação, iniciativa coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o prêmio tem como

objetivo identificar, premiar e disseminar experiências que contribuam para a pacificação de conflitos, modernização, rapidez e eficiência da justiça brasileira.

O desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do SistCon da 1.ª Região, recebeu o prêmio das mãos da corregedora nacional de justiça, ministra Eliana Calmon. (foto) “Para nós, é uma grande alegria e um estímulo para esta Região continental, que abarca mais de 80% do território nacional. Este prêmio é da população do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins”, destacou o magistrado.

A solenidade de entrega dos troféus ocorreu no dia 14 de dezembro, no Plenário do CNJ, em Brasília. O prêmio entregue aos vencedores foi simbolizado por uma escultura feita de bronze e alumínio criada pelo artesão paranaense Luiz Gagliastri. ■

MARCIA FOIZER



Resultados de 2011 – De janeiro a novembro de 2011, a Justiça Federal da 1.ª Região realizou 81.372 acordos, beneficiando mais de 400 mil pessoas. “Para 2011, tínhamos uma meta de 60 mil acordos. Alcançamos mais de 80 mil. Isto é resultado do aperfeiçoamento e da dedicação dos profissionais envolvidos”, ressalta o desembargador federal Reynaldo Fonseca. “Para o ano de 2012, temos a meta ousada de 90 mil acordos, com a estruturação administrativa dos núcleos e dos centros judiciários de pacificação”, complementou.

SFH – Na área do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), havia uma meta de 5.528 audiências de conciliação para 2011. Foram realizadas 6.379 audiências, com 3.872 acordos (índice de 61%) e mais de R\$ 133 milhões em valores negociados. “São mais de R\$ 133 milhões em valores negociados que serão novamente investidos no financiamento da casa própria. O apoio da Corregedoria Nacional do CNJ foi fundamental para o planejamento e execução das parcerias, inclusive entre os tribunais regionais federais, a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos”, salienta Reynaldo Fonseca.

Servidores públicos – Em relação aos servidores públicos, a Seção Judiciária do Amapá celebrou 1.819 acordos individuais e dois acordos em ações coletivas. Na Seção Judiciária do Distrito Federal foram firmados, nos primeiros dias de dezembro, 22 acordos em ações coletivas, envolvendo mais de 12 mil servidores públicos federais, aposentados e pensionistas.

Área previdenciária – Os resultados obtidos em 2011 pelos mutirões de conciliação na área previdenciária também são excelentes. Realizou-se cerca de 70 mil acordos, especialmente nos Juizados Especiais Federais. A Seção Judiciária de Roraima já homologou diversos acordos, tendo como parceiros a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e os conselhos profissionais. Segundo Reynaldo Fonseca, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região e as seções judiciárias do Amazonas, Amapá, Acre, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins já procederam, neste ano, a 5.428 audiências, com 3.622 acordos, o que representa um índice de 66,72%. ■

Conciliar é possível – Em Uberlândia (MG), a cultura da conciliação motivou o Ministério Público Federal (MPF), que chegou a propor acordos para solucionar conflitos que envolveram a utilização de rodovias federais por veículos com excesso de peso. A Seção Judiciária do Piauí tem resolvido conflitos na área de medicamentos com o auxílio do Comitê Gestor da Saúde. As subseções judiciárias fizeram diversos mutirões de conciliação na Semana Nacional de Conciliação. “A possibilidade de utilização de processos autocompositivos tornou-se, na Primeira Região, uma realidade sem volta”, avalia o coordenador do SistCon.



O SistCon na Primeira Região tem a coordenação geral do desembargador federal Reynaldo Fonseca, e nas seções judiciárias, dos juizes federais Gilda Sigmaringa (DF), Jaiza Maria Fraxe (AM), Rodrigo Godoy (RO), Marcos Vinicius Lipiński (RR), Livia Peres (AP), Hind Kayath (PA), Evaldo Filho (MG), Marcelo Dolzany (MG), Marcelo Lobão (GO), Marcelo Albernaz (TO), Régis Araújo (AC), Clodomir Reis (MA), José Carlos Madeira (MA), Marina Barros (PI), Célia Regina Bernardes (MT) e Ana Carolina Fernandes (BA).

e-Jur é premiado pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA)



COM A PREMIAÇÃO, PROJETO DO TRF DA 1.ª REGIÃO PASSA A SER REFERÊNCIA DE APLICAÇÃO

▀ JAIR CARDOSO

O e-Jur, sistema que permite a entrada e tramitação de processo no ambiente virtual, sem utilização de papel, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, foi um dos 15 projetos selecionados pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) para ser apresentado durante o IX Seminário de Gestão Judicial e Acesso à Justiça.

O Seminário foi realizado de 7 a 9 de dezembro de 2011, em San José, Costa Rica, e reuniu 101 projetos inscritos de 15 países. Único selecionado na área processual, o e-Jur foi apresentado pelo juiz federal em auxílio à Presidência do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, José Alexandre Franco, e pelo servidor da Divisão de Especificação e Gestão de Projetos de Tecnologia (Diesp), Yuri Oliveira, no dia 8 de dezembro.

"A indicação do e-Jur para ser apresentado no seminário de gestão e acesso à Justiça significa que a solução merece destaque e deve ser analisada com profundidade diante do contexto da 1.ª Região, que compreende 14 seções judiciárias e mais de 200 varas federais, número este que chegará a 280 em 2014", afirma o juiz federal Alexandre Franco.

A apresentação foi dividida em três partes. Primeiro houve a exposição do projeto e de sua implantação. Em seguida, falou-se sobre a parte técnica de seu desenvolvimento e, por fim, uma demonstração prática por meio de consulta *on-line* a processo de vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O juiz Alexandre Franco explica que o e-Jur é uma ação coordenada para a utilização dos diversos sistemas processuais da 1.ª Região e tem o grande mérito de permitir sua evolução sem prejudicar a gestão dos processos físicos, que ainda são a maioria: "as soluções convivem com harmonia à medida que os processos vão se tornando digitais".

O diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do TRF da 1.ª Região, Márcio Cruz, explica que, com a premiação, o e-Jur passou a ser referência, um caso bem sucedido para as Américas. "A seleção do projeto mostra que o TRF está seguindo um caminho adequado dentro de suas necessidades para virtualização dos processos judiciais".

O e-Jur entrou em operação em janeiro de 2010 e tem como objetivo principal tornar mais rápido e fácil o anda-



Sala de exposição de projetos

CEJA – O Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) é um organismo internacional criado em 1999 pelas instituições do Sistema Interamericano, que surgiu em um contexto onde os países do continente têm impulsionado, nos últimos 20 anos, profundos programas de reforma em seus sistemas judiciários.

mento processual na Justiça Federal da Primeira Região. O sistema possibilita a gestão de documentos e processos de 1.º e de 2.º grau no formato digital, em concomitância com os processos já cadastrados. Por esse sistema, as novas ações e feitos que chegarem ao Tribunal em grau de recurso somente serão processados eletronicamente com assinatura eletrônica ou certificação digital.

IX Seminário de Gestão Judicial – A nona edição do Seminário – que, em anos anteriores, já foi realizado na Argentina, no Chile, na Costa Rica, na Nicarágua, em El Salvador, no Peru, no Paraguai e no Brasil – teve como objetivo conhecer e discutir os atuais desafios do funcionamento do sistema judicial desde as perspectivas de gestão de despacho judicial, incorporação de novas tecnologias e vinculação com a cidadania.

Durante o evento, foram apresentadas práticas inovadoras em gestão, processos de trabalho e acessibilidade à Justiça nas diversas instituições do sistema judicial – Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e outros – com o intuito de analisar as experiências, a efetivação e operação dos modelos de gestão na América Latina.

Destacaram-se iniciativas de projetos e procedimentos com relação à informatização do processo judicial. “Há boas práticas

relatadas pelos argentinos e chilenos”, avalia o juiz federal Alexandre Franco. Do Brasil, além do e-Jur, foi apresentado o e-CNJ e a transmissão das sessões plenárias, que é parte dos processos administrativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Após a exposição dos projetos, os participantes do IX Seminário de Gestão Judicial e Acesso à Justiça visitaram a Corte Suprema da Costa Rica, ocasião em que foi apresentado o sistema usado por aquele país para o processo e julgamento das demandas em formato digital. O petiçãoamento ainda é físico, com a digitalização. O sistema depende da atuação dos servidores, sem automatização. É usada a certificação digital e numeração única. Frequentemente são realizadas conferências dos despachos, que podem ser assinados em lote. Outro aspecto importante é o processo de inclusão em pauta, pelo qual os membros da Corte liberam antecipadamente as minutas de decisão para aprovação dos demais.

“O procedimento agiliza sobremaneira o julgamento. É uma boa prática que devemos adotar. Já houve aprovação da resolução por parte do TRF da 1.ª Região para que o procedimento seja iniciado na Terceira Seção”, salienta o juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco. ■



É a virtualização do processo judicial. As novas ações e os feitos que chegarem ao Tribunal em grau de recurso somente serão processados em meio digital, sem o uso de papéis. Dessa forma, todas as peças processuais (petições, certidões, despachos, etc.) serão digitalizadas para visualização em computador.

Mutirão Judiciário em Dia ultrapassa 30 mil processos julgados

RESULTADO PARCIAL FOI APRESENTADO NA ÚLTIMA REUNIÃO DE 2011. TRABALHOS PROSSEGUEM EM 2012, ATÉ O JULGAMENTO DE TODOS OS PROCESSOS INGRESSOS NO TRIBUNAL HÁ MAIS DE CINCO ANOS



▼ RICARDO CASSIANO

Magistrados que compõem o “Judiciário em Dia” fizeram, no dia 13 de dezembro, a última reunião do ano, dois dias após o mutirão superar a marca de 30 mil processos julgados. A iniciativa conjunta do Tribunal, da Corregedoria-Geral de Justiça – do Conselho da Justiça Federal (CJF) – e da Corregedoria Nacional de Justiça – do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – já contabiliza 30.219 julgamentos, em dez meses de funcionamento.

O balanço foi apresentado aos juízes pelo coordenador designado do mutirão, juiz federal Saulo Casali, e pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes. O presidente ressaltou que, apesar de ter sido uma oportunidade para avaliar os resultados obtidos no segundo semestre, a reunião teve cunho menos técnico e mais “afetivo”, voltado à valorização dos magistrados. “Como foi uma reunião para reconhecer o nível do serviço prestado, eu também fiz questão de entregar a cada um uma carta de agradecimento (...) O trabalho que eles fizeram foi magnífico”, declarou.

O “Judiciário em Dia” teve início em fevereiro deste ano e vem julgando, por meio de sete turmas suplementares integradas por catorze juízes convocados e presididas por um desembargador federal, processos distribuídos no Tribunal até 31 de dezembro de 2006. Todos os processos integram a Meta 2 do CNJ. Até hoje, o TRF da 1.ª Região já cumpriu quase 75% dessa meta, com 67.774 processos liquidados.

Prorrogação – A Resolução Presi/Cenag 22, de 7 de dezembro, prorrogou o mutirão na primeira, terceira e quarta seção especializada do TRF da 1.ª Região, por seis meses, a partir do dia 9 de janeiro de 2012. Segundo o coordenador Saulo Casali, pouco mais de 23 mil processos

Participaram do Mutirão, em 2011, os juízes federais:

- Saulo José Casali Bahia, da 11.ª Vara/SJBA;
- Leão Aparecido Alves, da 11.ª Vara/SJGO;
- Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, da 10.ª Vara/SJMG;
- André Prado de Vasconcelos, da 25.ª Vara/SJMG;
- David Wilson de Abreu Pardo, da 26.ª Vara/SJDF;
- Rogéria Maria Castro Debelli, da 4.ª Vara/SJMG;
- Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, da 11.ª Vara/SJMG;
- Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca, da 25.ª Vara/SJDF;
- Mark Yshida Brandão, da 13.ª Vara/SJGO;
- Grigório Carlos dos Santos, da 29.ª Vara/SJMG;
- Francisco Hélio Camelo Ferreira, da 1.ª Vara/SJPI;
- Márcio Barbosa Maia, da 22.ª Vara/SJBA;
- Adverci Rates Mendes de Abreu, da 23.ª Vara/SJBA;
- Rodrigo Navarro de Oliveira, da 6.ª Vara/SJMT;
- Pompeu de Sousa Brasil, da 3.ª Vara/SJBA (em fevereiro/2011);
- Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 14.ª Vara/SJDF (de fev/2011 a jun/2011);
- Vallisney de Souza Oliveira, da 10.ª Vara/SJDF (de fev/2011 a ago/2011);
- Carlos Eduardo Castro Martins, da 9.ª Vara/SJPA (de fev/2011 a ago/2011).

Para 2012, deverão atuar em substituição:

- Fausto Mendanha Gonzaga, da 5.ª Vara/SJAM;
- Wilson Alves de Souza, da 7.ª Vara/SJBA;
- Carlos Eduardo Castro Martins, da 9.ª Vara/SJPA;
- Guilherme Mendonça Doehler, da 19.ª Vara/SJMG.

da Meta 2 ainda aguardam julgamento. “A prorrogação se tornou necessária para que todos os processos distribuídos até o fim de 2006 sejam julgados. Com isso, o Tribunal deverá atingir o cumprimento integral da Meta 2 ainda em 2012”. ■

Sistema de Informações Gerenciais de Custos da 1.ª Região é apresentado às seções judiciárias

COMISSÃO SIGCUSTOS APRESENTA PLANO DE TRABALHO E CAPACITA GESTORES EM AÇÕES DE TREINAMENTO



JAQUELINE MENDES

A comissão Sigcustos, responsável pelos estudos de desenvolvimento do projeto de implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Custos da 1.ª Região, encerrou, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2011, em Roraima, a jornada de visitas para apresentar o plano de trabalho às seções judiciárias que auxiliarão no mapeamento dos centros de custos e produtos oferecidos à sociedade e jurisdicionados pela Justiça Federal da 1.ª Região.

Durante a visita na seccional de Roraima, além da capacitação dos gestores, ocorreu o lançamento do fórum Observatório de Custos, espaço destinado ao debate, discussão, disseminação e troca de experiências entre gestores e pessoas interessadas na temática de gestão de custos no âmbito da 1.ª Região. O ambiente virtual foi desenvolvido pelo servidor Ronaldo Borges de Oliveira, da seccional do Estado de Goiás, e possibilita, por meio da página eletrônica http://www.jfgo.jus.br/setoriais/observatorio_custos/inicial.php, o debate, interação e troca de experiências sobre o tema Gestão de Custos, além da inserção de textos e outros materiais que ampliem o conhecimento e subsidiem o entendimento da importância do desenvolvimento do sistema de custos.

As visitas tiveram como objetivo a sensibilização da Alta Administração e dos gestores, e “disseminar os conceitos e importância relacionados à gestão de custos, além de iniciar os trabalhos de mapeamento das áreas fim e meio rumo ao desenho da inteligência do sistema”, explica o servidor Márcio Albuquerque, presidente da comissão.

Paralelamente à apresentação do projeto e com o apoio dos diretores de foro e dos núcleos de RH locais, a comissão Sigcustos promoveu eventos de capacitação presencial e por meio de videoconferência – para os gestores das seccionais e algumas subseções. Os treinamentos foram ministrados pelos consultores do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor e PhD Márcio Gonçalves e mestranda Márcia Alemão.

A jornada de apresentação do Plano de Trabalho teve início nos dias 4 e 5 de agosto, na Seção Judiciária de Minas Gerais, mas, segundo Márcio Albuquerque, o treinamento só pôde ocorrer no dia 5 de outubro. “O projeto havia sido apresentado anteriormente sem possibilidade de realização da ação de treinamento por motivo de agenda”, explicou Márcio.



SECOS-MG

Consultores Márcia Alemão e Márcio Gonçalves (de frente) e gestores da seccional de Minas Gerais discutem projeto Sigcustos



SECOS-MG

Em Minas, participaram do curso presencial 37 servidores e, por videoconferência, aproximadamente 20 – ambos os grupos, de diversas subseções judiciárias. No discurso de abertura, o servidor Márcio Albuquerque destacou a importância da interação e participação dos gestores que atuarão ativamente na construção da inteligência do Sistema de Informações Gerenciais de Custos da 1.ª Região. Para a diretora do Nucre de Minas, Edna Mara Lima Ferreira, “a sensibilização dos gestores da área fim e da área administrativa é importante para se obter relevantes indicadores de resultados através da gestão de custos orçamentários no Judiciário”.

Ainda em outubro, nos dias 10 e 11, a comissão esteve na Seção Judiciária do Maranhão, que foi a terceira a receber a comissão. “A cada lançamento, firma-se a importância da construção da inteligência do Sigcustos de forma conjunta, por meio da integração e participação ativa dos gestores, futuros usuários e validadores da solução de gestão a ser implementada”, afirmou Márcio Albuquerque.

No mês de novembro, a comissão esteve nas seções judiciárias de Mato Grosso e do Acre. Nos dias 10 e 11, a equipe foi recebida pelo diretor do foro de Cuiabá, juiz

federal José Pires da Cunha, e pelo diretor da Secad, Carlos Eduardo Brazil Barbosa. Já nos dias 17 e 18, a capital Rio Branco foi a unidade escolhida como representante das seccionais de padrão 2. “Os padrões de estrutura administrativa das seccionais são formas de desenho das unidades de acordo com seu porte, movimento de processos e quantitativo de servidores”, explicou Márcio Albuquerque.

A Comissão foi recebida pelo diretor do Foro, juiz federal Marcelo Bassetto, e pelo diretor da Secad, Josué Alves de Albuquerque



FRANKLIN HILTON JACINTO DE ANDRADE

Servidores participam de curso de capacitação promovido pelo Sigcustos no Acre e em Minas Gerais (foto acima)

que. “Depois de finalizado e em utilização, o sistema contribuirá sobremaneira para a melhoria da qualidade da execução orçamentária e vai imprimir novos conceitos de administração, especialmente com o envolvimento da área judicial. Isso, sem dúvida, possibilitará um grande salto na qualidade da prestação jurisdicional que é oferecida à sociedade. Mesmo sendo uma seccional distante, participaremos e contribuiremos na medida do possível para o sucesso do projeto.” afirmou Josoé.

A jornada de visitas para apresentação do Plano de Trabalho prosseguirá em 2012, rumo às subseções judiciárias. A Subseção de Itabuna (BA) será a primeira a receber a Comissão Sigcustos. Depois será a vez da Subseção de Juiz de Fora (MG).

Comissão ampliada – outra etapa concluída pela comissão Sigcustos foi a ampliação do número de integrantes, que, desde o dia 19 de setembro de 2011, de acordo com a Portaria/Diges/Secor n.º 372, passou a contar com seis membros: cinco servidores e um prestador de serviço, sendo três servidores do TRF, uma servidora da Seção Judiciária de Mato Grosso e um servidor da Subseção Judiciária de Itabuna, na Bahia. “O objetivo da

ampliação é a melhoria das ações, reunindo conhecimento, agregando ao projeto multidisciplinariedade e trazendo as unidades para o processo de desenvolvimento conjunto e interação. Assim, o sistema, ao ser apresentado, terá representatividade daqueles que efetivamente fornecerão e validarão os dados e informações que serão gerados pelo Sigcustos”, afirmou Márcio Albuquerque. ■



MARISA DOS ANJOS FERNANDES

Seccional de Mato Grosso recebe prof. Márcio Gonçalves e integrantes da comissão Sigcustos

Desde o início, a comissão realiza pesquisas, estudos e visitas a vários órgãos que têm experiências bem-sucedidas quanto ao controle de gastos públicos, com o objetivo de apresentar o protótipo do Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1.ª Região previsto para 2012. A comissão também conta com o suporte e apoio técnico da consultoria, contratada pelo TRF/ 1.ª Região, do Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis (IPEAD), vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Neste processo de desenvolvimento, objetivando que as informações e dados coletados representem efetivamente a realidade dos procedimentos e rotinas da Justiça Federal, foi escolhida uma seccional de cada padrão – um a seis, além de duas subseções judiciárias.

Optou-se por este método já que seria dispendioso e demorado o lançamento do projeto em todas as unidades da 1.ª Região, sendo que a escolha foi feita de forma aleatória, baseada em critérios de gestão, dificuldades geográficas, entre outros fatores que enriquecessem o processo de construção da sistemática de custos.

Diretores de secretaria participam de evento de capacitação

▣ JAIR CARDOSO

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, abriu, no dia 14 de dezembro, os trabalhos da Quarta Turma do Programa de Capacitação de Diretores de Secretaria de Vara da Justiça Federal da 1.ª Região. Promovido pela Universidade Corporativa (Unicorp), o programa tem como objetivo viabilizar a busca pelas melhores práticas administrativas de gestão de pessoas e de processos.

Durante a solenidade de abertura do evento, realizado no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, o presidente do Tribunal falou sobre a Unicorp, unidade criada para promover a educação continuada dos servidores.

O presidente falou de observações feitas à época em que ocupava o cargo de corregedor da Justiça Federal da 1.ª Região, quando visitou várias seções judiciárias. “No interior do país, verifiquei muitas carências e a necessidade de promover a capacitação dos servidores e diretores das varas que, em matéria de secretaria, não apresentavam muito conhecimento. Senti que devíamos promover cursos”.

O presidente agradeceu a presença dos diretores e pediu o empenho de todos. “Espero que tenham o maior aproveitamento possível para que possamos melhorar a visão da Justiça Federal”. Destacou que trabalhar com entusiasmo é a melhor forma de superar os obstáculos. “Quando trabalhamos com entusiasmo, superamos as dificuldades cantando”, disse Olindo Menezes.

Ao finalizar seu discurso, o presidente do TRF salientou sua satisfação em fazer parte da Primeira Região. “Na Primeira Região temos orgulho do que nós somos. Acho que vocês, ao receberem este treinamento, fazem parte do nosso orgulho”, disse Olindo Menezes ao ressaltar que a tônica da atualidade é a capacitação continuada.

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre) do TRF da 1.ª Região, Ruth Maria Cruz Vaz, também falou aos presentes sobre a importância da educação continuada para o sucesso das instituições e sobre as funções da Unicorp. “A Universidade Corporativa foi criada em 2007. Sua base é a educação continuada. Saímos do patamar do treinamento, pois educar pressupõe continuidade”.

Durante o curso, que terminou dia 15, os diretores participaram de seis módulos: visão sistêmica, gestão de pessoas, sistemas informatizados, administração de varas, atendimento ao cidadão e jurídico-procedimental. As três edições anteriores do programa ocorreram nas seções judiciárias de Minas Gerais (24 e 25/10 e 8 e 9/11) e da Bahia (23 e 24/11).

Além do presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, compuseram a mesa a diretora do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, Daniele Maranhão Costa, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, o diretor-geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, e a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Ruth Vaz. ■



Informática do TRF encerra 2011 com novo modelo de contrato de serviços e renova parque de equipamentos de TI

MELHORIA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL É O FOCO DA SECIN



▼ CHICO CAMARGO

A Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região termina o ano de 2011 com resultados bastante positivos. Mas, de todos os feitos, há dois que se destacam. O primeiro é um novo modelo de contrato de atendimento aos usuários dos serviços da Secin. O segundo, o investimento da ordem de 10 milhões de reais na aquisição de diversos equipamentos de informática, o que ampliou e renovou o parque até então instalado na 1.ª Região.

Fruto de um processo de observação e avaliação crítica, maturado ao longo do ano, o novo modelo de contrato de serviços de informática é resultado do aperfeiçoamento dos processos de atendimento à clientela da Secin. Agora, todos os servidores da Secretaria que atuam nas áreas de desenvolvimento e manutenção de sistemas serão gestores de negócio, isto é, terão a missão de se informarem para conhecer melhor a atividade do usuário dos serviços e, assim, orientar a contratada para que opere de forma

eficiente, rápida e eficaz.

Em vigor desde primeiro de dezembro de 2011, o contrato 112/2011 celebrado com a empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática Ltda. tem como objeto a manutenção, migração, integração, a documentação de sistemas de informação, além do desenvolvimento e manutenção de portais corporativos.

A contratação traz muitas novidades com relação ao modelo de gerenciamento da prestação dos serviços. Anteriormente, a metodologia de administração desse tipo de contrato se baseava na gestão da mão de obra terceirizada sem o uso de métricas para quantificar e qualificar a produção. Isso dificultava o acompanhamento e a avaliação de desempenho dos serviços. Dessa forma, pagava-se um valor fixo pela mão de obra contratada, independente da produção alcançada.

No modelo ora em vigor, o pagamento pelos serviços é efetuado pela produção quantificada e determinada por um



conjunto de critérios padronizados, conhecido como “pontos de função”. Independentemente da mão de obra utilizada no processo, o método fornece uma medida objetiva e comparável que auxilia o acompanhamento, a avaliação, o planejamento, a gerência e o controle da produção, o que racionaliza e dá eficiência aos serviços e, por consequência, à aplicação dos recursos financeiros.

A Secin destaca alguns benefícios resultantes da nova metodologia: melhoria no atendimento à clientela com impacto direto na celeridade da prestação jurisdicional; redução do tempo de retomada dos serviços que venham a ser paralisados e redução do tempo despendido com desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas do TRF.

O novo contrato foi feito em conformidade com a Resolução 103 do Conselho da Justiça Federal (CJF), de 23 de abril de 2010, que trata do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, e com a

Portaria Presi 600-223 de 03/07/2009, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região.

Segundo informações da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do TRF, o projeto básico que orientou o processo foi desenhado para dar mais agilidade, maior confiabilidade e melhor resposta às demandas dos usuários dos sistemas informatizados usados pelo Tribunal.

Parque computacional do TRF e das seccionais tem novos equipamentos

Com investimento de pouco mais de 10 milhões de reais, o TRF da 1.ª Região renovou e ampliou o seu parque computacional. A maior parte desses recursos, cerca de R\$ 8,3 milhões, foi destinada à aquisição de equipamentos para as seções e subseções judiciárias, e R\$ 1,8 milhão foi empregado na aquisição de diversos equipamentos para o Tribunal.

As seccionais receberam 1.172 microcomputadores (com monitor), 1.555 impressoras *laser*, 2.065 leitores de código de barras, 64 computadores de alta capacidade, do tipo dos servidores de rede, além de nove estações de armazenamento de dados. As seções judiciárias receberam 140 conjuntos de gravação de áudio e vídeo que serão utilizados nas audiências.

A distribuição desses equipamentos contempla as varas criadas pela Lei 12.011/2009, tanto as instaladas em 2011 quanto as instaladas em 2012.

Por sua vez, o Tribunal recebeu 100 leitores de código de barras, 277 impressoras, uma estação de armazenamento de dados e oito microcomputadores.

Segundo a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do TRF, a atualização tecnológica das unidades de armazenamento de dados melhora o desempenho e aumenta a confiabilidade no armazenamento de dados, aumenta a disponibilidade dos sistemas para os usuários internos e dá mais segurança às bases de dados dos processos digitais.

A Secin informou, ainda, que todas as aquisições obedeceram ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Justiça Federal, e estão em conformidade com as metas de nivelamento do Poder Judiciário, observando as orientações com relação à economicidade, à redução do consumo de energia e ao ótimo desempenho. ■



Eventos marcam o fim de ano no Tribunal

CERIMÔNIAS RELIGIOSAS, CONCERTO E EXPOSIÇÕES FIZERAM PARTE DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES

JAQUELINE MENDES E BRUNO BANDEIRA

MISSA NATALINA

No dia 14 de dezembro, foi celebrada no Tribunal a Missa Natalina, pelo núncio apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldiseri. A cerimônia, que teve apoio da Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe), aconteceu no Salão Nobre. Dom Lorenzo aproveitou a presença dos desembargadores e juizes federais, convidados, prestadores de serviços e estagiários para falar da chegada do Natal e da importância da data.

O núncio apostólico falou, na homília, sobre o significado do

Natal nos dias de hoje e sobre o comportamento dos homens para com os seus semelhantes. Na ocasião, abençoou a Justiça Federal e falou da importância dela no cotidiano das pessoas.

No momento da Liturgia Eucarística, alguns magistrados levaram flores até o presépio montado no Salão Nobre, simbolizando os tradicionais presentes dados ao Menino Jesus – incenso, mirra e ouro. Os servidores também participaram da missa ao compor a Oração Universal.





O desembargador federal e presidente do Tribunal, Olindo Menezes, abriu as leituras da celebração e aproveitou a ocasião para se despedir do cargo de presidente do TRF, já que o seu mandato se encerrará em abril de 2012. Ele agradeceu a presença de Dom

Lorenzo no TRF mais uma vez, ressaltando a bênção que lhe foi dada pelo núncio no dia de sua posse como presidente do órgão, e que agora tem em sua despedida. No final de sua fala, o presidente desejou a todos os funcionários um feliz Natal e um próspero ano novo.



Para a desembargadora federal Neuza Alves, a missa foi um momento importante para abençoar o fechamento do ano judiciário: "Num clima de encerramento do ano judiciário de 2011, nada melhor do que a bênção do Dom Lorenzo Baldisseri, que é um amigo da nossa Casa, do TRF". A celebração contou com as apresentações da Banda de Música da Paróquia São Miguel Arcanjo e Santo Expedito e da intérprete Ana Carolina Araújo,

ex-estagiária da Casa, que cantou "Ave Maria" de Gounod.

No final da cerimônia, a equipe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) apresentou um vídeo com a retrospectiva dos principais fatos institucionais ocorridos em 2011. A desembargadora Neuza afirmou, na ocasião, que a apresentação foi uma prestação de contas: "Para nós foi uma grata surpresa saber quanta coisa boa foi feita ao longo do ano", finalizou a magistrada.

CULTO DE NATAL

“Nenhum caminho é longo demais se um amigo vai conosco” foi o tema do Culto de Natal realizado no Salão Nobre, dia 16 de dezembro, pelo Grupo Ama Sempre – integrado por magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRF/ 1.ª Região. O culto contou com a participação do coral da Igreja do Nazareno de Sobradinho/DF.

A cerimônia foi realizada pelo juiz de direito do Tribunal

de Justiça do DF e territórios (TJDFT), Edilson Enedino das Chagas. Baseado em texto bíblico, o juiz trouxe à reflexão o fato de haver um tempo certo para cada fase da vida. “Temos altos e baixos, perdas e ganhos e, ao nosso ver, não há como escapar do destino (...). Aquele que tem fé e esperança em Deus não é escravo do tempo e pode determinar qual será o seu tempo, tudo depende de decisão”, afirmou o magistrado.



O desembargador federal Fagundes de Deus falou sobre o propósito do culto. “Esta é uma reunião diferente das demais, pois estamos aqui para agradecer por tudo o que Deus tem feito. Gratidão é reconhecimento, e Natal é momento de comemorarmos e nos alegrarmos”.

Para o servidor Temístocles Leal, lotado no gabinete do desem-

bargador federal Hilton Queiroz, a celebração significou uma oportunidade de agradecimento. “É um momento muito importante, pois estamos aqui para agradecer. Que em 2012 possamos contribuir e dar o melhor, de forma justa e com qualidade”, afirmou.

Ao final foram sorteados exemplares da Bíblia e servido um coquetel aos participantes.



ENCANTANDO SONHOS DE NATAL

Ainda como parte dos fesfejos natalinos, o Salão Nobre foi palco de um encontro especial de corais no dia 15 de dezembro. Além do *Habeas Cantus*, outros cinco grupos foram convidados para a realização do VI Concerto Encantando Sonhos de Natal.

O concerto reuniu aproximadamente 140 coralistas. Participaram do evento os corais Grupo da Fraternidade Cícero Pereira; Justiça Encantus, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Paz da ONU; da Embrapa; da Caixa Seguros; e ainda o coral Unicanto, da Federação Espírita do DF. Cada grupo entoou três canções com temas natalinos e religiosos.

O projeto "Encantando Sonhos de Natal" é realizado desde 2004, com o objetivo de reunir os grupos e divulgar o canto coral nos tribunais, além de trazer a todos o verdadeiro espírito natalino de solidariedade e paz.

O coral *Habeas Cantus*, do TRF, regido pelo maestro Paulo Santos e acompanhado pela pianista Ilke Takada e pelo percussionista Renato Ramos, cumprimentou os amigos dos demais corais e todos os presentes com a canção "Divina Música", de Richard Rodgers.



FOTOS MAURO PERINI

O evento foi conduzido pela servidora e integrante do coral *Habeas Cantus* há 18 anos, Maria Ângela Paes. "Amo estar aqui; é muito importante essa interação com os outros corais. Nos apresentamos para as pessoas durante todo o ano e é preciso termos esse momento de confraternização", declarou a coralista.

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Ruth Maria Vaz, a chefe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Ivani Moraes, e o apresentador do programa Primeira Região na TV, Carlos Rodrigues, fizeram a entrega dos certificados de participação aos maestro, músicos e representante de cada coral.

O evento foi dedicado a dois servidores que eram lotados na Ascom, que faleceram neste ano, o fotógrafo Luiz Carlos Borges Xavier e o auxiliar de cinegrafia Antonio Francisco Saraiva da Costa, "o Bira", como era carinhosamente conhecido. Ambos foram homenageados por familiares, amigos e coralistas.

Ao final, todos os grupos reuniram-se no palco para cantar a tradicional música natalina "Noite Feliz". Foi servido coquetel e sorteadas cestas natalinas aos presentes.

TRF MIX DE NATAL

Os diversos estandes de roupas, bijuterias, tapeçarias, sapatos, doces e outros trabalhos artesanais movimentaram o túnel que liga os prédios Sede I e II do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Quem visitou a 8.ª edição do TRF Mix de Natal pôde conferir os trabalhos de artesãos, costureiras e doceiras na exposição que aconteceu de 12 a 16 de dezembro.

Para Livia Santana, artesã convidada, o TRF Mix de Natal foi uma ótima oportunidade de mostrar seu trabalho, e uma maneira de proporcionar um conforto aos funcionários do Tribunal: "Achei muito positivo, foi muito tranquilo. Como está caindo muita chuva, as pessoas não têm muito tempo para sair e comprar seus presentes", afirmou a participante que expôs cestas de biscoitos pela primeira vez na mostra de Natal do TRF.

Cada expositor contribuiu com um quilo de alimento não perecível e um brinde. Os alimentos colhidos foram doados à Casa da Harmonia – instituição contemplada pela tradicional campanha "Árvore da Solidariedade" – e os brindes, a uma instituição de combate ao câncer. ■



INLETUP CORPORA



INLETUP CORPORA



FOTOS MARCIA FOIZER

Natal Solidário 2011

AÇÃO SOCIAL LEVA ALEGRIA, BRINCADEIRAS E DOAÇÕES A CRIANÇAS CARENTES

JAQUELINE MENDES

As luzes do Natal acendem no coração das pessoas o espírito de fraternidade e de solidariedade. Foi com este sentimento que o Tribunal Federal da Primeira Região, por meio da Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), realizou, no dia 12 de dezembro, a visita à instituição selecionada pela tradicional campanha “Árvore da

Solidariedade”, que tem como objetivo o apadrinhamento de crianças e a obtenção de doações para instituições carentes.

A creche Casa da Harmonia, localizada na Ceilândia Sul, foi a instituição que recebeu as doações. “Fizemos uma visita anterior e vimos que eles estavam precisando de artigos como brinquedos, alimentos e produtos de higiene, e estamos aqui para trazer um pouco de alegria e ajuda as crianças”, declarou a servidora da Asrep Andréia de Athayde.

A visita começou com um delicioso café da manhã preparado com bolos, pão de queijo, leite, achocolatado e frutas. Em seguida, as crianças participaram de várias atividades e brincadeiras. As crianças receberam o carinho e a atenção de cerca de 20 colaboradores, entre eles servidores, prestadores de serviço e estagiários do Tribunal.



A equipe médica do Tribunal também doou cuidados com a criançada ao ensinar a maneira correta de fazer a higiene bucal e pessoal. Na hora do almoço, uma apetitosa galinhada, com sorvete de sobremesa, foi servida.

FOTOS MÂRCIA FOIZER



A visita foi encerrada com a chegada do Papai Noel, que entregou os presentes doados pelos padrinhos das crianças. O apadrinhamento foi feito por meio da retirada do nome da criança de bolas que enfeitavam a árvore de Natal, instalada no Edifício-Sede II do Tribunal.

A servidora Ivy Dantas (Dias) já participou várias vezes da campanha e demonstrou sua satisfação com a ação. “Não é a primeira vez que eu sou madrinha. Já doei presentes várias vezes, mas nunca tinha participado do evento;

é bem bacana, é muito bom ver a alegria das crianças, ver que estão felizes, brincando”, afirmou Ivy, que foi madrinha de Bianca Santos, de 7 anos de idade. “Eu gostei muito do presente que a tia me deu, gostei também de brincar com meus amigos, do lanche e de tudo”, finalizou a menina.

A creche Casa da Harmonia também recebeu doações de roupas, material escolar, artigos de higiene pessoal, roupa de cama, alimentos, entre outros. Todos arrecadados durante a campanha. ■

A Casa da Harmonia é uma instituição filantrópica que ajuda famílias carentes, que não podem pagar escola ou creche para os filhos, no período em que os pais estão no trabalho. Cerca de 50 crianças, com idades entre três e sete anos, são acolhidas pela instituição. Segundo a diretora da creche, a pedagoga Brígida Ione Campos, a instituição não conta com ajuda do governo, sendo mantida com doações.

A instituição funciona na QNN 30, Área Especial Módulo E, Ceilândia Sul. Mais informações, pelo telefone (61) 8473-5249.

Pedra Fundamental marca o início da construção da nova sede da seccional de Roraima

PRÉDIO SERÁ PROJETADO PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS



ETIENE GOMES

“Uma solenidade simples, mas extremamente valiosa em termos simbólicos”, assim definiu o presidente Olindo Menezes a cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental referente ao marco inicial da construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima. O evento aconteceu na manhã do dia 13 de janeiro, em Boa Vista, no terreno de 51 mil m² doado pela União, onde funcionará a futura sede da seccional.

Em seu discurso, o diretor do foro da SJRR, Helder Girão, lembrou que a atual sede da Justiça Federal de Roraima, instalada há 20 anos, já não possui infraestrutura condigna com a realidade. “A sede atual foi projetada para abrigar dois juízes, uma vara, servidores e público reduzido. Hoje ela abriga cinco juízes, duas varas, um juizado federal e uma turma recursal, com previsão de mais uma vara em 2014, além de servidores e um público usuário significativamente maior”.

O governador do estado, José Anchieta Júnior, afirmou que a Justiça Federal local vem acompanhando o crescimento de Roraima, que se tem consolidado economicamente ao

longo dos seus 23 anos de existência, e colocou-se à disposição para auxiliar na construção da nova sede. “Pretendo colaborar com o TRF nesta empreitada, propondo parceria técnica com vistas a dar maior celeridade à elaboração do projeto da obra, que é o primeiro passo”.

O presidente Olindo Menezes lembrou que o valor de 20 milhões e 500 mil já está garantido para a obra em 2012, graças ao apoio da bancada federal de Roraima no Congresso Nacional. Em seguida, lembrou que, apesar de a Justiça Federal trabalhar com verbas federais, será sempre preciso contar com o apoio de parcerias na concretização de metas administrativas. “Esperamos que haja sempre essa cooperação institucional, que não é algo para mim, nem para o governador de hoje, nem para o de amanhã, e, sim, para a instituição Justiça Federal”, resumiu.

Urna com documentos – Em uma urna depositada na Pedra Fundamental, foram guardados objetos, fotografias, plantas e documentos considerados relevantes para o conhecimento e estudos futuros relativos à construção.



LEONARDO COSTA

Para depositar os primeiros documentos na urna, foram convidados os juízes federais da seccional Leandro Saon, vice-diretor do foro, Marcos Silva, Mara Andrade e Marcos Lipiensi. A urna será reaberta no decenário da inauguração do edifício-sede.

Visita à seccional – O presidente Olindo Menezes, acompanhado pelo diretor-geral Felipe Jacinto e pelo juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, aproveitou a visita à Boa Vista e reuniu-se, à tarde, com magistrados e servidores no auditório da seccional de Roraima. Na oportunidade, agradeceu o trabalho de todos e lembrou que trabalhar na Justiça Federal não significa apenas ter um emprego. “A Justiça Federal existe para servir; e o que magistrados e servidores fazem nesta instituição tem uma enorme ressonância social”. Em seguida, lembrou que os servidores integram um corpo de escol da República e que os juízes, apesar da importância do cargo, não podem desempenhar suas funções sem o importante trabalho dos servidores. ■

TRIBUNAL E GOVERNO DE RORAIMA ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

Para finalizar as atividades em Roraima, o presidente Olindo Menezes, o diretor-geral Felipe Jacinto, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, o diretor do foro da SJRR, Helder Girão, e os magistrados daquela seccional participaram de jantar oferecido pelo governador do estado, José de Anchieta Júnior, no Palácio Senador Hélio Campos.

Na oportunidade, foi assinado o Acordo de Cooperação n.º 001-12 entre o governo de Roraima e o TRF/SJRR para viabilizar a construção do prédio que abrigará a nova sede da Justiça Federal do estado. Com o acordo, o governo de Roraima ficou responsável por providenciar e arcar com os custos dos projetos arquitetônicos, elétricos, hidráulicos, sanitários, incluindo-se orçamentos e especificações; fornecer projeto básico; providenciar licenças perante os órgãos competentes e disponibilizar engenheiro para auxiliar nos trabalhos da comissão de licitação. O TRF, por sua vez, ficou responsável por providenciar os recursos necessários à construção do prédio, realizar licitação e fiscalizar os serviços.

O presidente Olindo Menezes agradeceu a iniciativa do governador em celebrar o acordo e explicou que, com os projetos e o acordo, o início da empreitada está a vista, já que existem recursos para 2012. “Depois desta fase será preciso licitar e contratar uma empresa para se conhecer a data da conclusão”. Bastante otimista, o governador acredita que a parceria irá permitir que a nova vara da Justiça Federal de Roraima, prevista para ser instalada em 2014, possa iniciar seus trabalhos já na nova sede. “Com esta parceria, poderemos acelerar e fazer com que 24 meses seja tempo suficiente para consolidar o projeto e construir o edifício”, avaliou entusiasmado.



Presidente Olindo Menezes cumpre agenda de compromissos institucionais no Acre

JUSTIÇA FEDERAL DEVE CHEGAR NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL EM 2013

ETIENE GOMES

Uma visita institucional ao Estado do Acre marcou a retomada dos trabalhos do presidente do TRF da 1.^a Região, desembargador federal Olindo Menezes, após o recesso do Judiciário. Acompanhado do diretor-geral Felipe Jacinto, do juiz em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, e do diretor do foro em exercício da Seção Judiciária do Acre, Régis de Souza, o presidente iniciou a terça-feira, dia 10 de janeiro, em Rio Branco, com uma visita ao governador do estado, Tião Viana. Na ocasião foram feitas as primeiras tratativas referentes ao local de funcionamento da vara federal de Cruzeiro do Sul, prevista para ser instalada no próximo ano. “Estamos com dificuldades em Cruzeiro do Sul pelo alto custo dos aluguéis no local, mas o governador nos abriu uma

porta e se mostrou favorável a nos ceder um imóvel naquele município”, informou satisfeito o presidente.

O governador Tião Viana, que está trabalhando em parceria com o Tribunal de Justiça do Acre (TJ/AC) para montar em Cruzeiro do Sul uma “cidade judiciária”, com vistas a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços da Justiça em um único local, disse que está disposto a colaborar com o TRF. “Devemos acomodar a Justiça Federal nesta cidade judiciária para que assim o cidadão tenha mais facilidade de acesso aos serviços prestados não só pelo TJAC, mas também pelo Tribunal Regional Federal”. Em seguida, completou: “O TRF, por meio do seu presidente, reivindica uma cooperação com o estado e com os municípios, e nós fare-



Presidente Olindo Menezes com o juiz federal diretor do foro/substituto, Régis de Souza (foto maior), com o governador do Acre, Tião Viana, e comitiva (ao lado) e com os magistrados na seccional do Acre (abaixo)



FOTOS: LEONARDO COSTA

mos o possível para apoiá-lo, porque isso também significa fortalecer a democracia e a cidadania”.

Após o encontro com o governador, o presidente Olindo Menezes e a comitiva dirigiram-se à Seção Judiciária do Acre, onde foram recebidos por magistrados e servidores no auditório da instituição. O juiz federal Marcelo Bassetto, designado para saudar o presidente, fez um discurso, em que falou da formação das instituições. Afirmou que “a Justiça Federal do Acre tem procurado construir sua história de forma sólida, prestando bons serviços à comunidade. Esta instituição, que hoje o recebe, agradece pelos esforços de uma Administração que sempre buscou a efetivação da Justiça”. Olindo Menezes, em seguida, fez um pequeno

pronunciamento. “Como presidente do Tribunal, ainda não tinha vindo ao Acre e, antes de encerrar meu mandato, em abril, fiz questão de aqui comparecer, prestigiar a seccional e de me inteirar, pessoalmente, do que aqui acontece.” Em seguida, fez um agradecimento a todos os magistrados e servidores pelos trabalhos prestados.

Ao final, o diretor do foro em exercício, Régis de Souza, agradeceu a visita do presidente Olindo Menezes, do diretor-geral Felipe Jacinto e do juiz em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco. “É muita alegria recebê-los no Acre. Esta visita tem trazido bons frutos desde cedo”, sintetizou o magistrado, fazendo referência ao resultado da visita do presidente Olindo Menezes ao governador Tião Viana. ■

Dupla comemoração em Vitória da Conquista/BA

2.ª VARA FEDERAL FUNCIONARÁ NAS INSTALAÇÕES DO NOVO EDIFÍCIO-SEDE

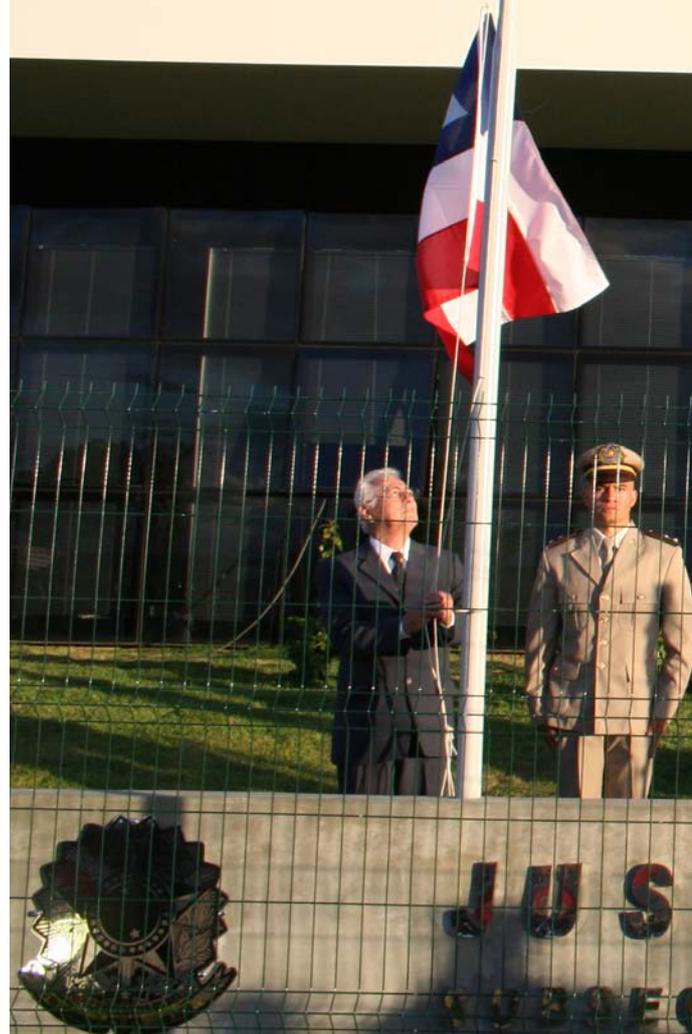
ETIENE GOMES

A subseção judiciária de Vitória da Conquista, na Bahia, foi palco da dupla comemoração que a Justiça Federal promoveu no final da tarde de sexta-feira, dia 20 de janeiro, em decorrência da instalação da segunda vara federal e inauguração do novo edifício-sede. O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, inspirado no próprio nome da cidade, sintetizou: “É o coroamento de uma vitória conquistada há seis anos, com a instalação da primeira vara. Agora são duas varas em prédio próprio. É realmente uma ‘vitória da conquista’”.

Autoridades locais, desembargadores, juízes e servidores participaram do evento. Bastante satisfeita por ver uma cidade baiana abrindo o calendário de instalações de varas federais em 2012, a diretora do foro da SJ/BA, Cynthia de Araújo, afirmou em seu discurso que mais uma vara federal em Vitória da Conquista, com jurisdição em 34 municípios – que possuem, juntos, uma população de mais de um milhão de pessoas –, reforça a vocação para o desenvolvimento do município. E, com relação aos trabalhos da Justiça Federal, revelou: “espero que as sementes que aqui plantamos possam vir a ser frutos colhidos adiante, em uma nova administração. Assim como nós colhemos os frutos das sementes plantadas pelos que nos precederam”.

Por sua vez, o diretor da Subseção de Vitória da Conquista, João Batista de Castro Júnior, fez um discurso crítico sobre o papel do Judiciário na construção da democracia brasileira. E, posteriormente, informou que, em seis anos de existência da, até então, vara única local, foram julgados 21.000 processos, e que, hoje, existem em Vitória da Conquista 14.000 processos para serem julgados pelas, duas varas da subseção.

O prefeito da cidade, Guilherme Menezes, que em 2007, como deputado federal, elaborou uma emenda individual ao orçamento no valor de R\$500 mil, para o início da construção



SALA OAB E POSSE

Após a solenidade de inauguração da sede e da segunda vara federal, o presidente Olindo Menezes participou da cerimônia de inauguração da sala da OAB e, em seguida, da cerimônia de posse de três servidoras que atuarão na Subseção de Vitória da Conquista. Aprovadas no último concurso público promovido pelo Tribunal, as novas servidoras ouviram as palavras do presidente: “Trabalhem felizes e procurem fazer feliz a Justiça Federal”.



PRESENCAS

Entre os presentes, a desembargadora federal Neuza Alves, os juízes federais em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco e Saulo Casali, o vice-diretor do foro da SJ/BA, César Cintra, o juiz federal da SJ/BA, Carlos D'Ávila, o juiz federal decano da SJ/DF, Novély Vilanova, o diretor-geral Felipe dos Santos, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Frederico Bezerra, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e o diretor da Secretaria Administrativa da SJ/BA, Joseny Freire.

da nova sede da subseção, também prestigiou o evento. “Ver instituições sendo descentralizadas e chegando ao interior do país, num momento em que o crime organizado precisa ser combatido com força, é muito significativo”, afirmou entusiasmado.

O presidente Olindo Menezes disse que a realidade, para a subseção local, que funcionava em imóvel no centro da cidade com sérios problemas de espaço e de acesso, agora passa a ser outra. “A nova sede, onde foram investidos mais de oito milhões de reais, com 3.304m² de área construída e em local privilegiado, propiciará melhores condições de trabalho e acesso facilitado”. Lembrou, ainda, a história da construção do prédio, fazendo questão de citar, um a um, os nomes e os papéis dos diretores do foro da SJ/BA envolvidos na concretização da obra, além de ressaltar o trabalho do juiz federal João Batista e da juíza federal substituta Luiza Ferreira, ambos da subseção conquistense. Em relação à segunda vara federal, o presidente explicou que ela inicia suas atividades com competência geral e juizado especial adjunto cível e criminal, e traduz um acréscimo de 100% na força de trabalho do Foro.” A subseção agora reúne condições de um atendimento mais qualificado, em tempo socialmente útil”, explicou. Com relação ao juiz federal Fábio Rogério França, responsável pela nova vara, o presidente afirmou que “é um magistrado com longa experiência, tirocínio precioso e de todo necessário na implantação e estruturação de uma nova unidade da Justiça Federal”. ■



LEONARDO COSTA

Justiça Federal do Pará inaugura segunda vara de Juizados Especiais Federais

MAIS DE UM MILHÃO DE HABITANTES SERÃO BENEFICIADOS

ETIENE GOMES

A Justiça Federal do Pará ganhou, no dia 26 de janeiro, a 2.ª Vara de Juizados Especiais Federais (JEF), que tem competência exclusiva para julgar causas de até 60 salários mínimos. A instalação da vara federal beneficiará cerca de um milhão e 300 mil habitantes de Belém e de outros 39 municípios vizinhos. O presidente Olindo Menezes presidiu, no auditório da Seção Judiciária do Pará, a solenidade de inauguração da vara de JEF, que é também a 10.ª Vara Federal da seccional paraense.

O diretor do foro da SJ/PA, Daniel Sobral, revelou que o novo órgão já era há muito tempo esperado. "Há de se festejar muito esta nova vara, pois não há como se conceber uma única vara de juizados funcionando com 35 mil processos, com juízes e servidores emprestados e com audiências marcadas para o próximo ano", desabafou. Em seguida, explicou que mesmo com todas as dificuldades, a, até então, única vara de JEF da seccional havia prolatado, em 2011, mais de 20 mil sentenças e expedido 9.435 requisições

de pequeno valor (RPV), gerando um total de mais de 48 milhões de reais desembolsados pelos cofres públicos aos menos favorecidos.

Com grande expectativa, o juiz federal Rubem Lima, titular da 2.ª Vara de JEF, disse que, a partir de agora, os feitos que tramitam nos juizados de Belém caminharão com mais celeridade. "É confortável saber que a nova vara inicia-se com acervo inferior a 20 mil processos, o que reflete o esforço hercúleo dos que atuaram na 8.ª Vara. A celeridade indicada será fruto da divisão do trabalho, a partir do recrutamento de servidores, novas instalações e reajustamento de acervo", concluiu.

Já o governador do estado, em exercício, Helenilson Cunha, revelou-se bastante satisfeito com a inauguração da vara de JEF na capital paraense e afirmou contar com o Poder Judiciário Federal para construir uma sociedade mais livre, justa e feliz. "Fomos abençoados com riquezas minerais no estado do Pará, mas que, infelizmente, não

representam igualdade social. A Justiça Federal tem importante papel nesse combate à desigualdade”.

Ao discursar, o presidente Olindo Menezes disse que a 10.^a Vara é mais um capítulo glorioso na história da justiça federal do Pará, iniciada em maio de 1967, com a nomeação dos primeiros juízes da seção judiciária. Relembrando a instalação de cada vara da seccional, chegou aos dias atuais destacando a atuação do diretor do foro. “A instalação da 9.^a e da 10.^a Vara teve talvez como maior protagonista, em todas as horas e em todos os momentos, o juiz federal Daniel Santos Rocha Sobral, que não descansou na tomada das providências indispensáveis ao funcionamento das duas unidades e no propósito de um atendimento jurisdicional de qualidade”.

O presidente lembrou também que a 10.^a Vara Federal, a segunda de JEF, dobra a capacidade de atendimento a um público de jurisdicionados de muitas carências sociais, pois alcança as pessoas mais pobres, que tradicionalmente tem dificuldade de acesso a um juiz federal. Em seguida, o presidente Olindo Menezes agradeceu a todos os magistrados e servidores da Seção Judiciária do Pará o apoio recebido ao longo de sua gestão. Também aproveitou o momento para agradecer ao juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, que foi titular da 6.^a Vara Federal da SJ/PA, o trabalho desenvolvido, “atuando, com presteza, como interlocutor dos juízes federais da Primeira Região junto à Presidência”. ■



Homenagem

Durante a solenidade, representantes da seccional do Pará entregaram placas ao presidente Olindo Menezes, ao diretor-geral Felipe dos Santos Jacinto e ao juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, como forma de homenagem. Também foi entregue ao presidente do Tribunal imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses.



Presenças

Além do presidente Olindo Menezes e do diretor do foro Daniel Sobral, diversas autoridades participaram do evento, entre elas o governador do Pará em exercício, Helenilson Cunha, o presidente do TJ/PA, Ronaldo Vale, o presidente do TRE/PA, Ricardo Nunes, o presidente do TRT/ 8.^a Região, José Maria Quadros, o coordenador dos JEFs/PA, Ruy Dias, o juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, o diretor-geral Felipe dos Santos Jacinto, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Carlos Frederico Maia, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho.



Santarém festeja inauguração da 2.^a Vara Federal

MAIS AGILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO

▼ ETIENE GOMES

Dezesseis anos depois de instalada, a subseção judiciária mais antiga do estado do Pará, localizada em Santarém, inaugurou sua segunda vara federal, no dia 27 de janeiro. Agora, a população da cidade e de outros 19 municípios vizinhos, aproximadamente 900 mil pessoas, passam também a contar com mais uma unidade, que, além de fazer exame e julgamento de processos cíveis, criminais, de execuções fiscais e JEFs, como a vara já existente, julgará causas ambientais e agrárias. Para receber a nova vara, a Subseção passou por algumas adequações físicas e foi ampliada em quase 50%, contando agora com 726m² de área construída. Esse fato foi comemorado na mesma solenidade, que aconteceu, primeiramente, no auditório da sede da OAB local e encerrou-se no próprio prédio da Justiça Federal da cidade. O presidente Olindo Menezes presidiu o evento, que foi bastante prestigiado.

O diretor da Subseção de Santarém e titular da 2.^a

Vara Federal, José Airton Portela, ao falar sobre a área jurisdicionada, lembrou – “Somos uma região banhada por rios federais – Amazonas, Tapajós e Jari – e que tem mais da metade de seu território sob domínio da União, áreas indígenas ou arrecadadas para reforma agrária pelo governo federal”. Em seguida, afirmou que o momento significa o resgate de uma dívida com o jurisdicionado do oeste do Pará. Para o diretor do foro da SJ/PA, Daniel Sobral, a Subseção de Santarém inspirava cuidados, mais do que qualquer outra, pois estava ao ponto de não ter mais espaço sequer para armazenar os 12 mil processos que tramitam no local. “É uma satisfação inaugurar um prédio mais adequado, funcional e moderno. Agora, certamente, os resultados jurisdicionais serão otimizados”, resumiu, na certeza de que, com a nova vara e com a estrutura reorganizada, a Subseção de Santarém será mais ágil na prestação dos serviços.

Satisfeita também com a inauguração da 2.ª Vara Federal de Santarém ficou a prefeita da cidade, Maria do Carmo Martins. “Para nós, é muito importante a presença e consolidação da Justiça Federal na região. Esta iniciativa vem ao encontro da necessidade estratégica do acesso à democratização”, sintetizou.

O presidente Olindo Menezes disse que com duas varas

em Santarém estão reunidas as condições para um atendimento mais qualificado e ágil aos jurisdicionados, e afirmou que, diante de tantas dificuldades orçamentárias, a inauguração oficial da reforma da sede da subseção constitui um marco decisivo para o TRF e para a Justiça do Pará. “Isso sem prejuízo das providências para a edificação de uma nova sede para a subseção, em terreno já cedido”, advertiu o presidente.

Posse de servidores

A vara de Santarém iniciará os trabalhos com o apoio do juiz José Airton Portela, removido da seccional do Amazonas, e de 14 servidores nomeados por concurso público e remoção. Logo após a solenidade de inauguração da vara, sete servidores foram empregados pelo diretor do foro Daniel Sobral. O presidente Olindo Menezes participou da cerimônia e, após dar as boas-vindas aos novatos, fez a seguinte solicitação – “Peço que os servidores mais antigos desta subseção atuem, neste momento, como elementos multiplicadores e que os novos servidores tenham mente aberta e humildade para um constante aprendizado”.



FOTOS: LEONARDO COSTA



Presenças

Além do presidente Olindo Menezes, do diretor do foro da SJ/PA, Daniel Sobral, e do diretor da subseção local, José Airton Portela, diversas autoridades prestigiaram o evento, entre elas a prefeita da cidade, Maria do Carmo Martins, o diretor do foro da Comarca de Santarém, Juiz Gerson Marra, o presidente da OAB local, José Geller, o juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, os juízes federais Francisco de Assis Castro Júnior e Marcelo Dolzany, o diretor-geral Felipe dos Santos, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Carlos Frederico Maia, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■

TRF da 1.^a Região faz um diagnóstico da qualidade de vida no trabalho

PESQUISA DEVE SER FINALIZADA EM MARÇO E TEM COMO OBJETIVO CONHECER AS NECESSIDADES E OPINIÕES DE TODOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

▀ JAIR CARDOSO

A Secretaria de Recursos Humanos (Secre) do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, por intermédio da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh), está realizando o Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito da Primeira Região.

O Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho é um instrumento de pesquisa quanti-qualitativo validado cientificamente e desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público, coordenado pelo professor doutor Mário César Ferreira, da Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo da pesquisa é conhecer as necessidades e a opinião de todos da Justiça Federal da Primeira Região sobre as condições e a organização do trabalho, as relações socioprofissionais, o reconhecimento e o crescimento funcional. Os resultados possibilitarão o aprimoramento da política de qualidade de vida no trabalho, alinhando-se às diretrizes apontadas no Plano Estratégico da 1.^a Região.

Como participar – Para participar, basta acessar o formulário do Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, disponível em <http://ergopublic.com.br/JF1R>, e informar o código de acesso que já está sendo distribuído pela equipe de qualidade de vida.

Na semana de 21 a 25 de janeiro, a equipe de qualidade de vida visitou os postos de trabalho da Gráfica e dos Edifícios Adriana, Cabo Frio, Sede I e Sede II e Dona Marta, distribuindo os códigos de acesso, que só foram entregues às pessoas que estavam na unidade no momento da visita. O código,

individual, é a única garantia de resposta ao formulário.

Caso haja necessidade, a Direh montará um posto de atendimento para aqueles que não se encontravam na unidade no momento da entrega dos códigos de acesso. Até o momento, cerca de mil senhas foram distribuídas.

Para Frassinete Maria Maciel Galvão, servidora da SAD/Secre, o diagnóstico “busca unicamente a melhoria da qualidade de vida no trabalho do servidor por meio da visão do próprio servidor. Por isso, ele é fundamental para que se possa aprimorar a qualidade de vida no trabalho no TRF da 1.^a Região”.

Ângela Paes, encarregada do setor de Serviço Social do TRF da 1.^a Região, destaca a importância da participação de membros, servidores, prestadores de serviço e estagiários. “É importante que todos respondam ao questionário, pois, com o diagnóstico, poderemos mensurar a qualidade de vida no trabalho. Esse diagnóstico será um retrato das condições de trabalho do TRF da 1.^a Região, o que possibilitará às chefias a implantação de melhorias”, salienta.

Participar do questionário é bastante simples e rápido. As respostas são confidenciais, e a participação não produzirá nenhum tipo de risco às atividades no órgão. Ao término da pesquisa, os dados serão compilados pela equipe do professor doutor Mário César Ferreira.

De acordo com a Direh, todos terão acesso aos resultados do diagnóstico. A entrega do relatório final, com os resultados, está prevista para a segunda quinzena de março. ■





CÉLULAS-TRONCO REFAZEM O CORAÇÃO APÓS INFARTO



Pesquisadores americanos deram um passo considerado promissor para o tratamento de infartados usando células-tronco retiradas do coração do próprio paciente. Cientistas conseguiram diminuir pela metade a área lesionada. Os cientistas anunciaram, ainda, que foi possível regenerar o tecido original.

UOL.com
28/janeiro/2012

POLÍCIA FEDERAL REFORÇA NÍVEL DE FISCALIZAÇÃO SOBRE IMIGRANTES DO HAITI

A Polícia Federal brasileira reforçou a fiscalização na fronteira com o Peru e com a Bolívia e tenta fechar as portas do país à imigração ilegal de haitianos. O aumento do efetivo que patrulha as pontes e os rios da fronteira veio depois de o governo anunciar uma política migratória específica para os haitianos. O Brasil irá conceder 1.200 vistos de trabalho por ano, mas começará a deportar aqueles que entrarem clandestinamente. A Polícia Federal irá controlar com maior rigor o fluxo de embarcações no rio Solimões, por onde chega a maioria dos haitianos que escolhem o Amazonas como porta de entrada.

Folha de São Paulo
28/janeiro/2012

PAGAMENTO DE DÍVIDA TRABALHISTA

O Conselho Nacional de Justiça assegurou um termo de cooperação técnica que permitirá o uso de cartões de crédito e débito no pagamento de dívidas trabalhistas. Atualmente, após a sentença ou acordo entre as partes, o pagamento é feito por meio de depósito bancário.

O Globo.com
26/janeiro/2012

TRÊS PRESIDENTES, NOVOS MINISTROS E MENSALÃO SÃO DESAFIOS PARA 2012

O ano de 2011 não foi bom para o STF. Ele procurou evitar a greve dos juízes, mas associações de juízes não o respeitaram. Fizeram greves ou paralisações pedindo aumento de salário. Teve a oposição da presidente Dilma e a recusa do Congresso. O pacto pela Justiça, defendido pelo presidente, caminha pouco. Alguns ministros envolveram o Supremo numa briga inevitável, mas fulminante, entre os interesses corporativos das associações de magistrados e fiscalização do CNJ.

UOL.com
2/janeiro/2012

SACOLAS PLÁSTICAS

Quem está com a razão? Os supermercados, os fabricantes, o poder público ou o consumidor? As sacolas plásticas significam somente 0.2 dos aterros sanitários. Elas são muito menos poluentes em todo o ciclo de produção. A questão da saúde pública precisa vir à tona. Onde estão as moscas? Sumiram porque o lixo orgânico é embalado nas sacolas plásticas. O acordo entre o governo e os supermercados só atende um lado: os supermercados, que gastam R\$ 500 milhões ao ano com as sacolinhas plásticas.

Folha de São Paulo
30/janeiro/2012



Perda do documento de identificação

TRF AVALIA COBRANÇA DE EMISSÃO DA SEGUNDA VIA DA IDENTIDADE

▼ MARTHA HORMANN

Se você ainda não ouviu falar no RIC (Registro de Identidade Civil), saiba que você terá um e que, portanto, é melhor familiarizar-se com a sigla. Ao longo dos próximos dez anos, o governo federal substituirá as carteiras de identidade de todos os brasileiros por aquele novo documento – um cartão de policarbonato numerado e registrado no Cadastro Nacional de Identificação Civil que irá conter, além de dados biográficos do portador, tais como nome, filiação e data de nascimento, os números da carteira de identidade, do CPF e do título de eleitor.

Constarão do RIC também as impressões digitais do cidadão, o que possibilitará sua identificação eletrônica automatizada e a certificação digital. Assim, transações eletrônicas poderão ser efetuadas com uso do RIC, com segurança, autenticidade garantida, confidencialidade e integridade das informações.

Além disso, portando apenas o RIC, a pessoa poderá identificar-se, com qualquer finalidade, por meio de número único, vinculado às suas impressões digitais. O Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil será totalmente integrado com as bases de dados de identificação dos estados e do Distrito Federal.

O cartão, feito de várias camadas de policarbonato, é bastante resistente e aceita gravação a *laser* com alta qualidade gráfica, dificultando a alteração das informações impressas. Ele também conterà dois chips, dispositivo óptico variável, foto fantasma e imagens combinadas, gravadas a *laser*. Tudo isso para que seja realmente seguro e durável, afinal o documento terá validade de 20 anos.

Segundo informa o sítio do Ministério da Justiça, responsável pela implantação nacional do documento, alguns brasileiros tiveram o cartão emitido para uma experiência piloto, ainda em 2011, nas cidades de Salvador/BA, Brasília/

DF e Rio de Janeiro/RJ, entretanto ainda não o receberam, pois o Ministério está às voltas com questões relacionadas à segurança do encaminhamento do RIC aos destinatários. Por isso, mesmo quem já teve o documento emitido pode continuar usando os antigos, válidos ainda depois da expedição do RIC.

O Comitê Gestor do RIC divulgará calendário de implementação do documento, e não há como obtê-lo antes disso.

Os custos de emissão do RIC correrão por conta do Ministério da Justiça, sem nenhuma taxa a ser paga pelo cidadão, conforme defi-

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

VOCÊ NÃO PARA NO TEMPO. SEU DOCUMENTO DE IDENTIDADE TAMBÉM NÃO.



nido pelo Decreto 7.166/10, que instituiu o Sistema Nacional de Registro de Identidade Civil.

Quanto à emissão da segunda via de documento de identificação em caso de perda ou roubo, a lei não define se há custo ou não para o cidadão.

Recentemente, entretanto, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região teve de enfrentar a questão, por meio de reexame obrigatório de sentença proferida em favor do asiático Mulugunage Kolitha. Nascido em Siri Lanka e reconhecido pelo governo brasileiro como refugiado permanente, Kolitha perdeu a carteira de identidade de estrangeiro, o CPF e a carteira de trabalho.

Quando requereu a segunda via da identidade, a Polícia Federal cobrou-lhe uma taxa de R\$ 305,03. O refugiado alegou que não podia arcar com o valor, mas o delegado entendeu que, na ausência de autorização legal para dispensar o pagamento, só poderia fazê-lo mediante determinação judicial.

Sendo assim, Mulugunage procurou a Defensoria Pública do Estado do Pará, onde reside, e entrou com ação judicial contra o ato do delegado.

No processo, alegou que o art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição Federal, assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania.

O juiz de primeiro grau da Justiça Federal do Pará, observando que Mulugunage Kolitha era “reconhecidamente pobre, nos termos da lei”, entendeu que ele tinha direito a obter o documento mesmo sem o pagamento da taxa, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, já que “sem o documento de identificação o impetrante não estará habilitado a praticar os atos formais da vida civil”.

Acrescentou ainda o magistrado que, nos termos do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), é dever do Ministério da Justiça fornecer o documento de identificação ao estrangeiro residente no território nacional; e que, sem o documento, o refugiado não teria acesso ao serviço público de saúde, do qual necessitava naquele momento, de acordo com provas produzidas no processo.

A turma revisora da sentença no Tribunal confirmou integralmente o entendimento do juiz, determinando a expedição da segunda via da carteira de identidade de estrangeiro de Mulugunage, sem o pagamento da taxa. ■



DOCUMENTOS PERDIDOS

Se você encontrou um documento perdido por outra pessoa, entregue-o em qualquer agência dos Correios ou o deposite numa das caixas de coleta espalhadas pela cidade.

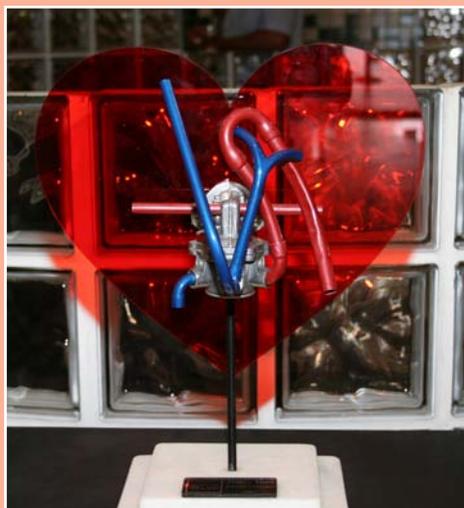
Se você perdeu algum documento, antes de tirar a segunda via verifique se ele foi entregue no serviço de achados e perdidos dos Correios, consultando o sítio www.correios.com.br ou a Agência Central de sua cidade.

O documento será entregue ao proprietário, mediante exibição de boletim de ocorrência, ou ao seu representante legal, que deverá ter em mãos autorização escrita pelo proprietário, cópia do boletim de ocorrência e carteira de identidade própria.

Os Correios guardam os documentos recebidos por 60 dias e cobram taxa, de acordo com tabela em vigor no dia da entrega.

Veja mais em:

<http://www.correios.com.br/produtosaz/produto.cfm?id=BCB40724-9D59-B343-AA83B322966794AF>



As peças do artista plástico e servidor da Justiça Federal de Roraima, Marcelo Tito, compuseram a mostra realizada no dia 13 de janeiro, no hall de entrada da Seção Judiciária, durante a visita do presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador Olindo Menezes, por ocasião da cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental alusiva à construção do novo edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima.

A mostra reuniu trabalhos das últimas exposições "Do ferro velho à galeria" e "A Máquina Humana". Marcelo Tito utiliza materiais garimpados em ferros velhos, como correntes, fios e chapas de metal para confeccionar suas obras e transformar o lixo descartado em arte.

Do lixo à arte



Em 2010, ganhou um prêmio do projeto SESC Amazônia das Artes, de intercâmbio cultural entre os estados da Amazônia Legal. E ficou em primeiro lugar na categoria "escultura" com a obra "O maior Computador do Mundo", exposta no salão internacional de artes da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente.

As obras do artista podem ser vistas na página eletrônica: www.marcelotito.com



RORAIMA

Solenidade de apresentação do novo juiz federal

No dia 17 de janeiro foi realizada, no auditório da Seção Judiciária de Roraima, a solenidade de apresentação do juiz federal Marcos Silva Rosa, titular da 3.ª Vara Federal.

O novo juiz foi saudado pelo diretor do Foro, juiz federal Helder Girão Barreto, que deu as boas-vindas ao magistrado, destacando a importância da chegada de mais um membro para a família da Justiça Federal de Roraima. O juiz federal Marcos Silva Rosa agradeceu à diretoria do Foro e à diretoria administrativa por toda atenção dispensada. O magistrado se colocou à disposição de todos os servidores e jurisdicionados, frisando que sua tarefa será árdua e desafiadora, mas, com a ajuda dos servidores e colaboradores da Justiça Federal, "os desafios serão vencíveis".

Segundo a juíza federal Mara Elisa Andrade, a chegada do juiz federal à seccional foi muito aguardada. O juiz federal Marcos Vinicius pontuou que o desafio do novo juiz será grande ao assumir a titularidade da 3.ª Vara Federal, porém ele está convencido de

que o magistrado está à altura da responsabilidade que lhe foi confiada.

Ao final da solenidade, o juiz federal Helder Girão Barreto elogiou o trabalho desenvolvido pela juíza Mara Elisa Andrade na 3.ª Vara, destacando o empenho da magistrada em melhorar a realidade existente nesse órgão, e agradeceu aos juízes federais Leandro Saon e Marcos Vinicius Lipiensi todo apoio recebido para a realização dos trabalhos da seccional.



NANCIS DANILU

MINAS GERAIS

Visita oficial

No dia 18 de janeiro, o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, recebeu a visita do recém-empossado procurador-chefe da Procuradoria da República de Minas Gerais, Adailton Ramos do Nascimento.

Durante a visita oficial, foram abordados assuntos de interesse comum aos dois órgãos, entre os quais, a melhoria da acessibilidade dos membros do Ministério Público Federal às instalações da Seção Judiciária, mediante a emissão de mais crachás de acesso. A ampliação da Justiça Federal no Estado de Minas Gerais também foi um tema amplamente debatido.

O diretor do foro apresentou ao procurador-chefe o cronograma de instalação das próximas varas e as áreas de jurisdição das novas subseções judiciárias federais – in-

formações importantes para o planejamento da atuação do Ministério Público Federal diante da nova realidade da Justiça Federal.

O diretor do foro Itelmar Raydan Evangelista ressaltou que foi discutida, durante o encontro, a criação de novos tribunais regionais federais. Conforme o dirigente da seccional de Minas, o procurador-chefe da PRMG garantiu apoio ao trabalho de convencimento dos parlamentares que vem sendo empreendido por juízes federais.



SECOS-MG

BAHIA

Seccional reduz consumo de copos descartáveis em 2011

Pelo terceiro ano, a Seção Judiciária da Bahia reduziu o consumo de papel, de copos d'água descartáveis e cartuchos de impressora.

De acordo com levantamento realizado pela seccional, em 2011, houve redução em 17% do total de copos d'água descartáveis consumidos em 2010. Neste ano, um novo levantamento registrou redução de quase 3%. O índice é significativo e revela que a seccional deixou de gastar 9.300 copinhos de água em 2011 em relação a 2010, de acordo com dados fornecidos pela SEMAT.

A 6.^a Vara mais uma vez saiu na frente na economia de copinhos. Pelo terceiro ano foi a que menos gastou. Se em 2009 consumiu apenas 300 copos e em 2010 baixou para 200, em 2011 bateu o recorde: não solicitou um único copo plástico à SEMAT. 100% de economia.



Funcionários da 6.^a Vara

O diretor da Secretaria da 6.^a Vara, Weber Correa, garantiu que irá continuar estimulando o uso responsável de todos os itens de consumo, como copos, cartuchos de tinta e papel, e revela: "Os únicos copinhos plásticos que usamos estavam no nosso estoque há um ano".

O exemplo da 6.^a Vara serviu de parâmetro para outras unidades. A 21.^a Vara reduziu o consumo de copos de 12 mil, em 2009, para apenas 500 unidades em 2011, redução de 95%. De 2009 a 2011, a 3.^a Vara registrou queda, no consumo, de 7.700 copos para apenas 600 unidades, alcançando 84% de redução.

Se os exemplos, principalmente da 6.^a, 21.^a e 3.^a Vara, fossem usados por todos como parâmetro, a Justiça Federal da Bahia conseguiria economizar mais do que os 3% atingidos em 2011.



Funcionários da 21.^a Vara

PIAUI

Justiça Federal investe R\$ 270 mil em reforma do Cenajus

A Justiça Federal do Piauí iniciou, no dia 9 de janeiro, a reforma do prédio do Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), localizado na Praça da Bandeira, na capital Teresina. A obra representa um investimento de R\$ 270 mil. Os recursos são provenientes da Seção Judiciária do Piauí (SJPI) e serão empregados na pintura, reposição de instalação elétrica, em intervenções no teto e na implantação de sistema de ar refrigerado.

A reforma tem prazo de execução de 90 dias e será realizada de forma parcelada, para não comprometer o atendimento à população.

"Não haverá necessidade de esvaziamento do prédio,

e o cronograma de execução da reforma prevê o remanejamento dos serviços para áreas no próprio Cenajus. Dessa forma, o atendimento à população não será interrompido", explicou Márcia Regina Viana, diretora em exercício da Secretaria Administrativa da seccional.

O prédio do Cenajus faz parte do conjunto arquitetônico neoclássico da segunda metade do século XIX, juntamente com o atual prédio da Prefeitura de Teresina, e não passará por mudanças bruscas na fachada. A maior preocupação da Justiça Federal é não alterar o projeto original do edifício.



FILIAÇÃO, REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E CONSELHOS DE MEDICINA

Biodireito e nova filiação

Várias questões advindas dos avanços tecnológicos não são apenas objeto de preocupação no campo da Bioética. Faz-se necessária a formulação de regras dotadas dos atributos da obrigatoriedade, generalidade, coercibilidade e imperatividade, a ensejar a concepção do Biodireito.

No segmento do Direito de Família e os impactos que os avanços científicos causaram no tema da filiação, a metodologia civil-constitucional se afigura como a mais adequada na busca da solução das questões conflituosas. É de fundamental importância identificar o projeto parental que o casal decidiu concretizar.

As técnicas de reprodução assistida cumprem o papel de auxiliar na solução de dificuldades ou impossibilidade de reprodução humana, facilitando o processo reprodutivo quando outras técnicas terapêuticas se revelaram ineficazes ou inapropriadas.

Técnicas de reprodução assistida e normas legisladas

A Constituição Federal de 1988, no art. 226, § 7.º, encampou a noção do planejamento familiar como de livre decisão do casal. O art. 1.565, § 2.º, do Código Civil, estabeleceu que o casal pode livremente exercer responsabilmente o planejamento familiar. A correta interpretação desta norma deve abarcar também outras entidades familiares – além do casamento – que possam ter reconhecida a titularidade do direito ao planejamento familiar: a) o companheirismo (ou “união estável”) e, mais recentemente, b) as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo (entidades familiares homossexuais).

Ainda no bojo do Código Civil de 2002, há o importante tema referente à presunção de paternidade do homem casado (art. 1.597) e as técnicas de reprodução humana

assistida. O critério do estabelecimento da paternidade no que tange às técnicas de reprodução assistida heteróloga não é o biológico.

Visão dos Conselhos de Medicina

Devido à circunstância de as técnicas de reprodução humana assistida serem de domínio de certa categoria de profissionais – os médicos –, desde 1992 o Conselho Federal de Medicina passou a editar normas deontológicas a seu respeito. A inobservância de tais regras pode configurar a prática de falta disciplinar.

A Resolução n.º 1.957/10 adotou normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. A título de princípios gerais (I), a Resolução estabeleceu (a) a obrigatoriedade do consentimento informado a todos os pacientes submetidos às técnicas da reprodução assistida, (b) a impossibilidade de se aplicar as técnicas médicas para o fim de selecionar sexo ou qualquer outra característica biológica da futura criança, salvo para evitar transmissão de doenças ligadas ao sexo do filho.

Quanto aos pacientes das técnicas de reprodução assistida (II), a Resolução prevê que somente pessoas capazes podem ser pacientes. É possível que as técnicas sejam empregadas para prevenção e tratamento de doenças genéticas ou hereditárias.

A grande novidade foi a introdução de item referente à reprodução assistida *post mortem* que, segundo a Resolução n.º 1.957/10, não constitui ilícito ético, desde que haja autorização prévia específica do falecido para o emprego do material biológico criopreservado em consonância com a legislação em vigor. A questão é exatamente que ainda não houve legislação adequada a respeito do tema.

Polêmicas no Direito brasileiro

Uma das principais polêmicas decorrentes das técnicas de reprodução medicamente assistida consiste na reprodução assistida *post mortem*. No sistema jurídico brasileiro, é fundamental que se reconheça a vedação da reprodução assistida *post mortem* em qualquer hipótese.

Tal conclusão decorre da necessidade de fazer cumprir os princípios da paternidade responsável, da dignidade humana, da igualdade entre os filhos e do melhor interesse da futura criança a nascer. A criança tem direito à convivência familiar. É preciso atentar para o princípio da dignidade humana que envolve a civilização como um todo e, portanto, leva em consideração as futuras gerações, e não apenas as atuais.

Contudo, em se admitindo a prática da reprodução assistida *post mortem* como legítima, não há como excluir o parentesco da criança com todos os ascendentes do falecido sem limitação de grau. Há a questão referente à sucessão hereditária e, conseqüentemente, a legitimidade sucessória.

Assentada a constitucionalidade da reprodução assistida *post mortem*, deve-se considerar que o art. 1.798 do Código Civil “disse menos do que queria”. Equipara-se a situação da criança gerada por técnica de reprodução assistida *post mortem* à posição do nascituro. É preciso considerar a petição de herança, desde que haja observância do prazo prescricional de 10 (dez) anos da abertura da sucessão para que ocorra o desenvolvimento do embrião. Deve-se empregar a analogia para o fim de reconhecer que a situação é semelhante àquela que envolve um filho havido fora do casamento e não reconhecido em vida pelo falecido. Neste caso, tal pessoa terá o prazo prescricional de 10 (dez) anos, a partir da abertura da sucessão, para

propor ação de petição de herança.

Constata-se que o estudo e preocupação multidisciplinares a respeito dos temas relacionados às técnicas de reprodução assistida se revelam necessários para que o Biodireito possa eficazmente tratar dos temas à luz dos valores e princípios constitucionais que informam o ordenamento jurídico brasileiro.

Deve-se realizar uma revisita à teoria das fontes das normas jurídicas. Atualmente o Direito Civil Constitucional se revela o marco teórico e a base metodológica para encontrar os caminhos possíveis e as soluções viáveis para questões mais complexas. É preciso revalorizar algumas fontes formais do Direito, como os costumes.

As normas constantes de resoluções do Conselho Federal de Medicina, desde que não contrariem os princípios e regras constitucionais e legais, podem ser consideradas normas jurídicas (e não apenas normas deontológicas) caso decorram das práticas reiteradas, habituais e repetidas pelos atores principais no segmento profissional relacionado às técnicas de reprodução assistida. Contudo, não é admitido, no Direito brasileiro, o denominado costume *contra legem*, exatamente o que se percebe na regra do Conselho Federal que, ao contrário, a considera prática permitida na realidade sociocultural brasileira.

Não se pode nunca perder de vista a dimensão individual e comunitária da dignidade da pessoa humana, que deve servir como valor e referência primordial no debate sobre temas tão importantes na realidade da civilização humana.

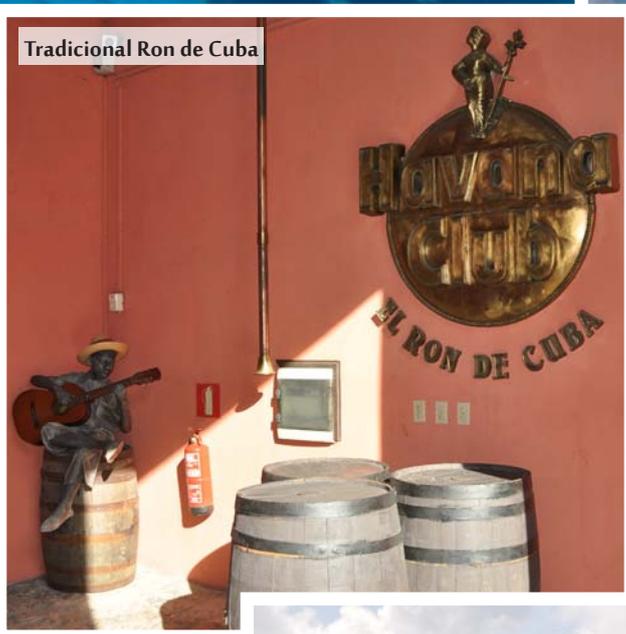
*Guilherme Calmon, palestrante convidado da Esmaf/ 1.ª Região, é desembargador do TRF da 2.ª Região, doutor em Direito, professor de Direito Civil da UERJ e da UGF.

POR aí

Capitólio



Tradicional Ron de Cuba



Ônibus de Cuba



Camaroneros



CUBA: Jardines de La Reina

APENAS TRÊS DIAS DEPOIS DE SABER QUE ESTAVAM PRATICANDO, NA ILHA DE CUBA, A "IMOBILIDADE TÔNICA" COM OS TUBARÕES SILKES, DECOLEI EM BUSCA DESSA NOVA EXPERIÊNCIA, QUE TENTO AGORA COMPARTILHAR COM VOCÊ, CARO LEITOR.

▀ EUVALDO SOARES DE PINHO*

Os cientistas estudam a imobilidade tônica dos tubarões "Silkies". Tentam assim explicar o porquê desses animais aparentarem estado letárgico, quando os pegamos pela nadadeira caudal e dobramos a ponta. A reação? Eles ficam de ponta-cabeça. Para mim, que mergulho por *hobby*, essa informação foi o suficiente para pegar um voo direto de Brasília para Cuba, acompanhando de seis mergulhadores profissionais brasileiros.

Chegamos a Havana. Para minha constatação, circulam em Cuba Studbakers, Dodges e tantos outros modelos de carros antigos, que acabam sendo mais uma atração para nós turistas. O saudosismo "bateu forte", e neles seguimos para degustar um delicioso "ceviche" (peixe cru marinado no limão) regado a um bom vinho.

No dia seguinte, às 4h da manhã, partimos para "Jardines de La Reina" (Jardim da Rainha). De Havana até o porto de Jucaro, no sul da ilha, foram seis horas de ônibus e, depois, mais quatro horas de lancha para chegar ao hotel La Tortuga, no meio do mangue, no arquipélago de Jardines.

Jardines é um lugar deslumbrante e selvagem. O hotel Tortuga fica em "Caio de Anclitas" e foi nossa moradia durante os sete dias e seis noites que por lá passamos, com a única tarefa de comer, dormir e realizar 15 mergulhos nas águas quentes, acompanhados de tubarões. Em Jardines, o tempo parou. É o Caribe de 50 anos atrás com um enorme jardim de corais e vida submarina. Muitos e diversificados peixes, gorgônias, esponjas e muitos, mas muitos tubarões. São duas as espécies mais comuns por lá, o Caribbean Reef e o Silk Shark's.

Os Silkes vêm nos recepcionar na superfície quando chegamos ao *point* de mergulho. Eles nos acompanham. Não há estresse, diferente do que muitos fazem questão de dizer. Já os tubarões caribenhos permanecem no fundo, junto aos arrecifes, e se misturam a grandes garoupas que também ficam curiosas com a nossa presença. Com uma delas, de aproximadamente 80 quilos, mantive uma "paquera" submarina que durou todo o mergulho.



Tradicional Ron de Cuba



Floricultura a céu aberto



No “briefing” do primeiro mergulho fomos instruídos pelos mergulhadores cubanos a economizar o máximo de ar das garrafas de oxigênio para a prática da “Imobilidade Tônica”. Foi o que fizemos.

A primeira experiência de segurar um tubarão foi fascinante. Primeiro os mergulhadores cubanos paralisavam os tubarões pela nadadeira caudal e, somente após o sinal deles, é que os segurávamos do mesmo jeito, ficando eles de ponta-cabeça. Naquele momento, o tubarão “domado” entra em uma espécie de transe, enquanto os demais nadavam em círculo ao nosso redor. É uma experiência única poder afagar um mito dos mares. Confesso a vocês a minha

admiração e respeito por esses animais.

Com toda modéstia, afirmo que foram os melhores mergulhos que já fiz em minha vida. Um deles, no Taiti, fiz questão de compartilhar com você, leitor, na edição n.º 2 de 2010 da Primeira Região em Revista, em “Mergulho com os tubarões”.

Um grande abraço. E muitas aventuras em 2012. Por Aí...

Até a próxima.

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Legendas do autor
Fotos: Euvaldo Pinho e Rafael Esteves



COACHING: AÇÃO ESTRATÉGICA EFICAZ

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

A palavra *coaching* deriva de carruagem e tem origem nas palavras "coche" (inglês medieval) e "coach" (inglês atual). Apesar da idéia que a palavra pode denotar em levar ou transportar, hoje o sentido mais aplicado é o de treinar, de ajudar as pessoas a se dedicarem a algo específico ou projeto, aliado ao entusiasmo desenvolvido no cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Interessante ressaltar que seu conceito já era definido por Sócrates como "um processo pedagógico de ensinar as pessoas a pensar e refletir para buscar o conhecimento no fundo de si mesmas".

Existem várias definições sobre *coaching* na literatura e, talvez, somente a partir do estudo de alguns exemplos é que se terá uma noção do que seja, o que abrange e para que efetivamente serve.

O *coach* seria, então, o facilitador que auxilia o processo de transformação do cliente em relação aos objetivos traçados e processos definidos como prioritários. Estabeleceria, por meio de sua visão ampliada e ouvir (ouvido) atento, formas de evidenciar as possíveis resistências e dinâmicas que possam estar interferindo na conduta do cliente.

A metodologia do *coaching* pode ser confundida com outras metodologias como psicoterapia, aconselhamento, treinamento ou *mentoring*. Entretanto, cada uma dessas metodologias possui características próprias. O *coaching* foca problemas de desempenho profissional, desenvolvimento de padrões éticos, comportamentais e de excelência; dirige-se ao futuro; processo mais rápido e superficial; investiga o que está faltando; visa a ação; não trabalha com patologias; trabalho no âmbito de compromisso do cliente; atua no campo do desempenho, alcance de resultados e realização pessoal;

foco no futuro de uma pessoa ou de um grupo; é o *coach* que segue o cliente; trata-se de um processo não diretivo; envolve total adequação às características do aprendiz; busca alternativas para melhorar o desempenho; cria novas habilidades; desenvolve competências; ajuda a antecipar-se aos problemas e necessidades; é associado a metas desafiadoras; há o compromisso de assessorar o cliente mesmo que este não faça parte da equipe.

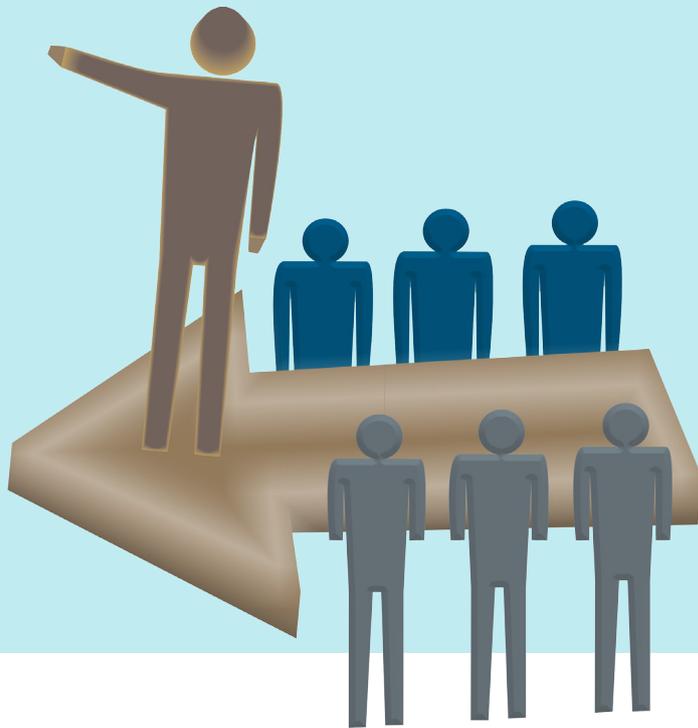
No âmbito organizacional, o *coach* desenvolve ações que objetivem o desenvolvimento de pessoas e gestão de mudanças, processo esse que almeja a harmonia dos aspectos culturais da organização com ações e objetivos concretos e mensuráveis.

É necessário conhecer com profundidade os objetivos da empresa para que o processo permita sua atuação de forma específica, minimizando resistências a mudanças em todos os níveis organizacionais, seja no estratégico, tático ou operacional.

Recomenda-se a realização de diagnóstico organizacional prévio, objetivando a análise da situação atual da organização e, a partir de então, verificar se há possibilidade de sucesso quanto à implementação da metodologia do *coaching*. Os atores devem estar preparados para as mudanças que se farão necessárias e aptos à intervenção externa do profissional.

Apesar de não ser procedimento padrão, o diagnóstico é importante como vetor das possíveis soluções e apontamento (s) das metodologias a serem escolhidas e apresentadas à Alta Administração, dentre elas o *coaching*.

O tamanho da organização, seu pequeno porte funcional e disponibilidade financeira para dispêndios desta natureza devem ser levados em consideração.



Pode-se destacar alguns benefícios da implementação da metodologia do *coaching* nas organizações: possibilidade da criação de um senso de propósito comum, disseminação e incentivo de práticas de aprendizagem compartilhadas, estímulo do desenvolvimento das competências gerenciais, desenvolvimento de lideranças, comunicação e compartilhamento das informações de forma mais transparente, aumento da capacidade de trabalhar as adversidades, abertura dos canais para a inovação e retenção de talentos, entendimento da importância do trabalho em equipe com relacionamentos confiáveis, maior engajamento e capacidade criativa, aumento da produtividade e dos resultados desejados e assertividade nos investimentos e redução de custos.

Toda novidade, seja ela de ordem pessoal ou organizacional, e em qualquer setor, impacta a pessoa, a sociedade e a organização de forma a causar estranhamento e resistência. Aliás, resistência à mudança é uma característica intrínseca do ser humano, ao sair de sua zona de conforto.

Não poderia ser diferente em relação à metodologia do *coaching*, pois, como se pode observar, as causas e anseios mais comuns que levam as organizações e pessoas a buscá-las são de natureza intangível, ligadas diretamente a mudanças comportamentais e cultura interna.

O *coaching* acrescenta dimensão diversa e também complementar em relação às demais metodologias conhecidas, desenvolvendo de forma direta o fator humano e sua potencialidade, possibilitando a transição de forma planejada em relação aos novos sistemas, rotinas e ao processo de mudança pessoal e organizacional. Segundo a publicação *Harvard Business Review*: "A meta do *coaching*

é a meta do bom gerenciamento - conseguir o melhor proveito dos valiosos recursos da organização".

Se o *coaching* pessoal e organizacional é uma metodologia que progredirá e terá espaço suficiente para mostrar a que veio, só o tempo dirá. Porém, é inegável que o processo é um espaço rico e necessário para a reflexão e a oportunidade para os indivíduos envolvidos com a questão reconheçam e utilizem suas forças, às vezes adormecidas ou desconhecidas. Possibilita, ainda, a visualização da mesma realidade sob novas óticas e perspectivas, rumo à inovação e renovação.

Cabe ressaltar que o *coach* não oferece uma única solução para todos os problemas de um profissional ou organização. Em verdade, o desenvolvimento de seu trabalho requer tempo, comprometimento do aprendiz e planejamento. O trabalho de *coach* potencializa o resultado, desde que tenha conseguido estabelecer um planejamento, conquistando dedicação e apoio daqueles que estão diretamente envolvidos no processo.

Em relação ao questionamento do modismo, talvez o seja para aqueles que o encarem como solução para todos os problemas e situações a serem trabalhadas na organização, sem diagnósticos prévios ou pensamento conjunto no processo decisório de implementação. Mas, para aqueles que escolheram esta metodologia de forma pensada, ponderada e discutida com todos os envolvidos no processo, certamente surtirá efeitos de progresso visíveis.

O *coach* não é um profissional milagroso, mas oportuniza possibilidades de novas descobertas, surpresas individuais, coletivas e do meio em que se vive. São estas descobertas que farão com que eles utilizem melhor a imensidão de recursos que permanece intocada na grande maioria das organizações contemporâneas a espera de alguém que os descubra. ■



COM

Abra os olhos para ver o bom da estrada Feliz percurso!

A palavra trabalho / trabalhar vem do latim *tripalium* – um instrumento formado por três paus amarrados em forma de pirâmide fincados no chão, onde os romanos penduravam escravos para açoitá-los. Do latim vulgar derivou-se a palavra *tripaliare*, referindo-se ao ato de torturar alguém.

Do português derivou-se a palavra “trabalhar”, que, ao longo dos anos, assumiu o sentido de submeter-se a um sofrimento. Talvez você já tenha escutado alguém dizer em tom triste: “Acabaram-se minhas férias, estou de volta ao trabalho..” ou “Amanhã é segunda, já vou para o batente...” Seria então a atividade que exercemos para prover o sustento, em nosso idioma, entendida como um suplício?

Salvo raríssimas exceções, todos os adultos no nosso mundo precisam trabalhar para morar, vestir, alimentar, estudar e ter algum lazer. Normalmente dedicamos muito do nosso tempo e esforço para conseguir uma remuneração que possibilite melhorar o padrão de vida. Queremos viver bem e para isso nos submetemos a uma tortura? Entender assim é, no mínimo, incongruente.

Então, para aumentar a consciência sobre o assunto, apresento um contraponto: a visão calvinista, que afirma “O trabalho dignifica o homem”, e tende a ser uma ativi-

dade passível de prazer, que gera autorrespeito e sentido na vida.

Como pesquisadora, estudo também o sofrimento no trabalho, e certa vez a visão de um pioneiro de Brasília me chamou a atenção:

Sr. Orlando P., 76 anos, estudou até o ensino fundamental, mudou-se para Brasília em 1957, declara que desde 14 anos, quando aprendeu a ler, nunca mais parou. Está sempre grudado em um livro e depois noutro. Ele disse: “Eu acho que nunca trabalhei na vida! A coisa que mais gosto de fazer é viajar. Parar em uma cidade e depois noutra, encontrar pessoas, ver coisas novas todo dia. Eu já viajei o Brasil inteiro, conheço gente em todo lugar. Eu fui motorista de caminhão! Pegar uma carga e cair na estrada me deixava alegre porque eu estava enfrentando o mundo, chegar era uma vitória... Carregar o caminhão de novo e voltar me deixava alegre porque eu estava voltando para minha família, era um prêmio. Vivi muitas aventuras, parece que eu passei minha vida inteira de férias!.... (suspiro) Eu sou um homem realizado! “

Em viagens de caminhão existem pneus que furam, motores que quebram, além do fato de dormir na boleia do caminhão dia após dia, sem falar que há perigo e intem-

comportamento comportamento comportamento portamento

péries o tempo todo. Mas ele parecia não se lembrar de nada disso, só do prazer de viajar. Os olhos dele refletiam a saudade e o orgulho de viver a vida possível, e ter encontrado felicidade não na riqueza, no poder ou no luxo, mas no dia novo, na conquista e na autossuperação.

Pode parecer estranho para nós burocratas e acadêmicos, que temos tanto estudo, títulos e estamos tão perto do poder, mas a fala desse homem não revelava nenhum arrependimento ou sofrimento. Pelo contrário, transbordava orgulho de ser, brilho no olhar, dignidade e força de um homem vitorioso.

Quem sabe se, inspirados por este breve relato de vida, entendemos que ESCOLHER é importante para ser feliz no trabalho? A atividade profissional traz experiências variadas, mas se escolhermos e assumimos com responsabilidade a caminhada, resistiremos às adversidades, transformando-as em oportunidade de vencer, ficaremos mais fortalecidos a cada evento e teremos olhos para perceber alegrias, realizações, encontros com pessoas boas, faremos amigos e teremos uma estória rica para contar.

Na gestão pública existem muitas áreas de atuação. Existe oportunidade de escolher carreira, podemos buscar aquilo de que gostamos, e o talento se revelará naturalmente.

Então, aproveitando que o ano está no começo, quando muitos retornam ao trabalho, o convidado, caro leitor, a reassumir a sua posição profissional como uma ESCOLHA (talvez a melhor que você tem neste momento da vida) e a lançar um olhar de valorização à sua atividade, aos seus colegas e, com bom humor, receba o que se apresentar no seu cenário profissional.

Ajuda muito entender cada problema como uma pequena prova de superação que vai gerar maturidade e confirmação de méritos. Após cada processo concluído ou meta alcançada, você se sentirá mais fortalecido e valioso em relação ao compromisso.

Coisas boas e nem tão boas se sucederão durante o ano, mas você pode manter-se firme, relembrar os desafios bem sucedidos do seu passado, pode se acercar das pessoas em quem confia, e seguir, pois o trabalho não é uma tortura, e sim uma série de oportunidades para ser vitorioso.

Então, respire fundo, e comecemos com otimismo a nossa viagem. E, relembrando a fala do Sr. Orlando, “caia na estrada”, aproveite e pense na chegada vitoriosa. Nós nos veremos pelas estradas de 2012... Feliz percurso!

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

Hora do lanche



INTERNET

NUTRICIONISTAS ALERTAM PARA OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA MÁ ALIMENTAÇÃO

▼ BRUNO BANDEIRA/ MC

Pão de queijo, salgadinhos, refrigerantes e o famoso cafezinho durante o expediente podem ser as escolhas mais comuns no lanche da tarde. Mas nem sempre o que parece ser o mais gostoso é o mais saudável.

Para repor as energias, é necessário ingerir, todos os dias, macronutrientes (carboidratos, lipídios e proteínas) e micronutrientes (vegetais e frutas), que são essenciais na alimentação. Os primeiros devem fazer parte do cardápio, mas em uma proporção balanceada. De acordo com a nutricionista da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa) do TRF/ 1.ª Região, Cristine Caltabiano, essa quantidade varia de pessoa para pessoa. "Para ter uma alimentação equilibrada, é necessário ingerir, aproximadamente, um percentual de 55% de carboidratos, 30% de lipídeos e 15% de proteínas

diariamente nas principais refeições do dia".

Nem sempre seguir essa receita é fácil, principalmente, quando se refere ao lanche da tarde. A correria do dia a dia muitas vezes é uma grande inimiga na busca de alimentos saudáveis. Por causa da dupla jornada de trabalho, o jornalista Jair Cardoso explica que sempre recorreu a comidas do tipo fast food para saciar a fome. "Por conta da minha rotina, sempre comi salgados, refrigerantes, mas notei que precisava mudar os meus hábitos alimentares". Há quatro meses, ele prepara, todos os dias, o próprio lanche, recheado de frutas e barras de cereais. "Já noto uma grande diferença. Sinto mais disposição para tudo".

Equilíbrio é tudo!

Fazer intervalos de três em três horas entre as refeições,

DICAS PARA TER UMA BOA REFEIÇÃO

Quem deseja ter uma dieta saudável no lanche e nas demais refeições deve seguir algumas recomendações da nutróloga Ana Paula Lamounier:

- 1- Faça seis refeições por dia. Nunca fique mais de três horas sem comer;
- 2- Mastigue devagar. Isso contribui para o processo de digestão alimentar, além de prevenir doenças gástricas;
- 3- Monte um prato variado com legumes, frutas e carboidratos;
- 4- Evite os famosos enlatados;
- 5- Ingira de 1,5 até 2 L de água por dia;
- 6- Reduza a quantidade de sal nas refeições;
- 7- Pratique atividade física, no mínimo, 30 minutos por dia;

além de evitar exageros na hora de comer, é fundamental. “Os lanches ricos em carboidratos simples, como pães, bolos ou biscoitos, deixam muito a desejar na ingestão adequada de nutrientes, além de favorecer a elevação dos níveis de glicose no sangue acima do normal”, esclarece a nutricionista do TRF.

Mas qual é a melhor hora para comer o lanche da tarde? De acordo com Cristine Caltabiano, o ideal é fracionar o lanche em dois turnos, considerando o horário de trabalho dos servidores no Tribunal. Além de escolher o que comer, é preciso seguir algumas recomendações. Uma delas é evitar a ingestão de grande quantidade de líquido durante as refeições. “Esse hábito dificulta o trabalho realizado pelo estômago, que é fundamental para o processo digestivo”, reitera. Beber água no intervalo entre as refeições também é importante, para não deixar o corpo desidratado.

Para a nutricionista Juliana Soares, responsável pela elaboração do cardápio do café da manhã, almoço e lanche servidos no restaurante do TRF/ 1.ª Região, o prato ideal deve ser variado. “As pessoas devem priorizar os vegetais e as frutas, mas ainda preferem comer o pão de queijo, tomar refrigerante”. Ter bom senso do que colocar no prato também faz parte de uma boa alimentação. A servidora do TRF Alice Gonzaga é uma das que segue à risca essa recomendação. “Aqui no Tribunal eu sempre procuro comer uma salada de fruta no lanche por ser mais saudável”. ■

MACRONUTRIENTES:

Descubra quem são e por que não podem faltar no seu prato.

Carboidratos – fornecem energia para o corpo. Encontram-se na mandioca, batata, cereais integrais, pães integrais.

Proteínas – são os nutrientes responsáveis pela formação dos tecidos e enzimas do corpo. Carne, laticínios e ovos, por exemplo, são boas fontes de proteína.

Gorduras – Além de auxiliar na manutenção da temperatura do corpo humano, são também fontes de energia vital. Nozes, castanhas do pará, castanhas de caju sem sal e óleos vegetais fazem parte desse grupo.



Nutricionista do Tribunal,
Cristine Caltabiano

Segundo a nutricionista Cristine Caltabiano, o primeiro lanche deve conter todos os macronutrientes (carboidratos, lipídeos e proteínas) fundamentais para uma alimentação balanceada.

Lanche 1 – Comer 1 fruta, 1 iogurte e 2 colheres de sopa de aveia

Lanche 2 – ½ copo descartável de oleaginosa (castanhas, nozes, amêndoas)



Atividade de inteligência Uma ilustre desconhecida

Nunca, na história contemporânea brasileira, falou-se tanto no termo “inteligência”. Seja para vinculá-lo ao campo da Inteligência Policial, Inteligência Competitiva, Inteligência Financeira, Inteligência Militar, inteligência disso ou daquilo.

Essa constatação fica mais evidente quando atores dos mais variados extratos da sociedade manifestam-se opinando sobre a problematização da segurança pública em nosso país. De cidadãos comuns a jornalistas, autoridades governamentais, políticos e até mesmo entre os profissionais de segurança pública, o discurso para a solução de todos os problemas passa invariavelmente pelo emprego da Atividade de Inteligência.

Particularmente na mídia é muito comum a divulgação dos seguintes discursos:

- **Do policial:** “Prendemos os assaltantes depois de um intenso trabalho de inteligência”;
- **Da autoridade governamental:** “Nossa meta é investir em inteligência policial”;
- **Do político:** “O Brasil precisa urgentemente de uma nova política de Inteligência”;
- **Do jornalista:** “(...) acaba de chegar ao local uma equipe do grupo de Inteligência da polícia militar que irá negociar diretamente com o sequestrador”.

Percebemos, assim, que, com a popularização do tema – explorado em grande parte pela mídia em reportagens que tratam sobre segurança pública –, existe uma fragmentada e, portanto, uma massificada discussão sobre tudo que gira em torno do tema. O resultado não poderia ser outro, senão uma grande confusão sobre o que de fato vem a ser uma atividade de inteligência.

No âmbito da Segurança Pública, por exemplo, o que na grande maioria das vezes é divulgado ao público como sendo uma operação de inteligência, em verdade, na grande maioria dos casos, não passa de uma investigação policial realizada de uma forma mais elaborada.

Tão antiga quanto a história da civilização, a atividade de inteligência sempre foi identificada como ferramenta

essencial à governabilidade e à garantia de segurança.

No Brasil, a atividade teve início no ano de 1927. Mas foi durante o período de 1964 a 1985 que a atividade de inteligência ficou marcadamente vinculada às atuações deliberadas pelo antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão criado em 1964, cuja imagem e atuação ficaram associados ao aparato repressor do regime de ditadura, vigente à época, foi extinto num dos primeiros atos do governo Collor de Mello.

Avançando na linha do tempo, hoje a atividade de inteligência no Brasil está estruturada no que se denominou de Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), estrutura criada em dezembro de 1999 pela Lei n.º 9.883 e que tem como órgão central a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Além da ABIN, fazem parte do Sistema diversos outros órgãos da Administração Pública, como o Ministério da Defesa, Justiça e Relações Exteriores. Compõe, ainda, o Sisbin, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), integrado por órgãos policiais em todo o território nacional, tendo como órgão central a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Neste sentido, faz-se fundamentalmente importante reconhecer na atividade de inteligência uma atividade complexa e altamente especializada, que busca eficientemente a coleta de informações, o adequado processamento destas e a sua rápida e eficaz difusão aos decisores.

Em última análise, cabe à Inteligência a identificação de ameaças e oportunidades no ambiente externo, bem como as vulnerabilidades no ambiente interno da organização, de modo a proporcionar conhecimentos antecipados, ou seja, analisar cenários prospectivos e suprir as necessidades do seu usuário e/ou o tomador de decisões.

* Servidor do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, mestrando em Segurança Pública pelo Instituto Universidad de La Policía Federal Argentina/Buenos Aires – AR, pós-graduado em Gestão da Segurança Pública pela Universidade de Brasília (UNB) e especialista em Segurança Pública e Defesa Social pelas Faculdades Integradas UPIS/Brasília. Graduado em Direito e Administração de Empresas

Visitas guiadas à obra da nova sede

Reúna os colegas de trabalho e conheça as obras da futura sede do TRF/ 1.ª Região. A série de visitas guiadas ao canteiro de obras, localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAF/SUL), pode ser agendada pelo e-mail asrep@trf1.jus.br.

A iniciativa visa possibilitar que magistrados, dirigentes, servidores e colaboradores do TRF conheçam de perto o andamento dos trabalhos, bem como dar total transparência às etapas de construção da nova sede.

Mais informações podem ser obtidas com a Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), pelo ramal 5372.

FOTOS MAURO PUTINI





Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br